

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA
MONA CARLA COSTA OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR E A
FORMAÇÃO DOCENTE**

São Leopoldo

2025

MONA CARLA COSTA OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR E A
FORMAÇÃO DOCENTE**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e Juventude

Orientador: Dr. Charles Klemz

São Leopoldo

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48i Oliveira, Mona Carla Costa
A inclusão de crianças autistas no ensino regular e a formação docente / Mona Carla Costa Oliveira; orientador Charles Klemz. – São Leopoldo : EST/PPG, 2025.

78 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST.
Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia.
São Leopoldo, 2025.

1. Educação inclusiva. 2. Diversidade – Contexto escolar. 3. Formação docente. 4. Transtorno do Espectro Autista. I. Klemz, Charles, orientador.
II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MONA CARLA COSTA OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO REGULAR, TENDO COMO FOCO
A FORMAÇÃO DOCENTE**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação
Linha de atuação: Educação Comunitária com a
Infância e Juventude

Data de Aprovação: 06 de janeiro de 2025

PROF. DR. Charles Klemz (PRESIDENTE)
Assinado digitalmente

PROF. DR. Humberto Silvano Herrera Contreras (Pós-doutorando – EST)
Assinado digitalmente

PROF.^a DR.^a Maria José Costa Lima (Faculdade Boas Novas)
Docente visitante

Assinado
digitalmente por:
Charles Klemz :
XXX.387.189-XX
Date: 20/01/2025
11:37:04 -03:00



gov.br

Documento assinado digitalmente
HUMBERTO SILVANO HERRERA CONTRERAS
Data: 27/01/2025 03:14:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

A Deus, a minha mãe Therezinha e ao meu pai Aprígio todo o meu amor e minha gratidão.

Muito Obrigado!

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa o fim de uma jornada acadêmica que só foi possível graças ao apoio, orientação e incentivo de muitas pessoas.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por me dar a vida, me sustentar e me conceder força e perseverança para a realização deste sonho, não permitindo que eu desistisse.

À minha mãe, Therezinha (in memoriam), que sempre me incentivou a estudar, mesmo nos momentos mais difíceis, e ao meu pai, Aprígio (in memoriam), que foi um exemplo de determinação e superação, mostrando que, mesmo sendo filho de uma lavadeira e de um carroceiro, foi o primeiro e único graduado entre os irmãos. À minha tia Leó, pela força das orações, minha eterna gratidão.

Agradeço aos meus filhos do coração, Thayná e Junior, pelo apoio, pelas palavras positivas e pela ajuda sempre que foi solicitada.

À minha eterna gratidão ao meu orientador, prof. Charles Klemz, pela paciência, objetividade e disposição em compartilhar seu conhecimento. Sua orientação tornou esse período mais prazeroso e tranquilo; sem sua ajuda, este trabalho não seria possível.

Aos professores e professoras da EST, que sempre nos acolheram e tornaram a distância de casa e a saudade da família menos dolorosa, mostrando que somos capazes de alcançar nossos sonhos.

As colegas e os colegas de classe, em especial a amiga Arlena e às amigas de trabalho, com quem compartilhei estudos, risadas, choros e viagens. Obrigada pelo apoio mútuo, especialmente nos momentos em que a desistência parecia ser uma opção, em especial a minha amiga Arlena.

Por fim, agradeço ao meu esposo, Antônio, pelo amor, pela paciência, pela compreensão e pelo constante apoio em todos os momentos. À minha caçula Melissa, minha gratidão por compreender minha ausência em seu aniversário, sabendo que eu estava lutando por este sonho.

A todos vocês, o meu mais sincero e profundo agradecimento.

Construa-me uma ponte
(Poema dos autistas - McKean, autista, escritor)

*Eu sei que você e eu
Nunca fomos iguais.
E eu costumava olhar para as estrelas à
noite
E queria saber de qual delas eu vim.
Porque eu pareço ser parte de outro
mundo
E eu nunca saberei do que ele é feito.
A não ser que você me construa uma
ponte,
construa-me uma ponte,
construa-me uma ponte de amor.
Eu espero pelo dia no qual você sorrirá
para mim
Apenas porque perceberá que existe uma
pessoa
decente e inteligente enterrada
profundamente em
meus olhos caleidoscópios
Pois eu tenho visto como as pessoas me
olham
Embora eu nada tenha feito de errado.
construa-me uma ponte,
construa-me uma ponte,
e, por favor, não demore muito.
Vivendo na beira do medo
Vozes ecoam como trovão em meus
ouvidos
Vendo como eu me escondo todo dia
Estou apenas esperando que o medo vá
embora.
Eu quero muito ser uma parte do seu
mundo
Eu quero muito ser bem-sucedido
E tudo o que preciso é ter uma ponte
Uma ponte construída de mim até você
E eu estarei junto a você para sempre.
Nada poderá nos separar
se você me construir uma ponte
uma pequena, minúscula ponte
de minha alma, para o fundo do seu
coração.*

RESUMO

A pesquisa aborda a inclusão de crianças autistas no ensino regular e a formação docente, um tema que emergiu das dificuldades enfrentadas ao lidar com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula. Essas dificuldades foram intensificadas pela falta de informações históricas sobre o autismo e pelo esforço de estudiosos em compreender sua etimologia como um espectro de transtorno. O objetivo principal do estudo foi analisar como os alunos autistas estão sendo incluídos nas escolas regulares e de que forma a formação dos professores contribui para atender às suas necessidades educacionais. Além disso, buscou-se conceituar diversidade e autismo, verificar as práticas de inclusão nas escolas de ensino regular, identificar os alunos com deficiência, com especial atenção aos autistas, e compreender os benefícios da educação continuada para os docentes no aprendizado desses estudantes. O estudo também teve como finalidade contribuir para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, especialmente diante da crescente diversidade na contemporaneidade, por meio de uma formação docente qualificada. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Cunha (2011), Ferreira (2015), Klemz (2023), Orrú (2007), Padilha (2013), Rapoli (2010) e Rodrigues (2010), entre outros. A pesquisa apresentou uma análise de diagnósticos, possíveis causas, tratamentos e evolução das abordagens terapêuticas relacionadas ao TEA. Também foram discutidos aspectos da diversidade nos contextos social, familiar, cultural e econômico, que muitas vezes são negligenciados no processo de aprendizagem. O estudo abordou conceitos e legislações que asseguram os direitos dos alunos autistas, destacando suas características, demandas educacionais específicas e os desafios enfrentados para a inclusão no ensino regular. A partir da revisão bibliográfica, foi possível explorar a evolução e a história da inclusão, investigar a formação docente e analisar documentos oficiais e pesquisas recentes relacionadas ao tema, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas no âmbito educacional.

Palavras-chave: Diversidade. Autismo. Formação docente. Inclusão.

ABSTRACT

The research addresses the inclusion of autistic children in regular education and teacher training, a topic that emerged from the challenges faced when dealing with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the classroom. These challenges were exacerbated by the lack of historical information about autism and the efforts of scholars to understand its etiology as a spectrum disorder. The main objective of the study was to analyze how autistic students are being included in regular schools and how teacher training contributes to meeting their educational needs. Furthermore, the study sought to conceptualize diversity and autism, examine inclusion practices in regular schools, identify students with disabilities—paying special attention to autistic individuals—and understand the benefits of continuing education for teachers in the learning process of these students. The study also aimed to contribute to building a more inclusive school environment, especially in light of the growing diversity in contemporary times, through qualified teacher training. The methodology employed was a bibliographic review, grounded in authors such as Cunha (2011), Ferreira (2015), Klemz (2023), Orrú (2007), Padilha (2013), Rapoli (2010), and Rodrigues (2010), among others. The research provided an analysis of diagnoses, possible causes, treatments, and the evolution of therapeutic approaches related to ASD. It also discussed aspects of diversity within social, family, cultural, and economic contexts, which are often overlooked in the learning process. The study addressed concepts and legislation that protect the rights of autistic students, highlighting their characteristics, specific educational demands, and the challenges faced in achieving inclusion in regular education. Through the bibliographic review, it was possible to explore the evolution and history of inclusion, investigate teacher training, and analyze official documents and recent research related to the topic, aiming to contribute to the development of more inclusive practices in the educational field.

Keywords: Diversity. Autism. Teacher training. Inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	AUTISMO ENQUANTO PARTE DA DIVERSIDADE.....	21
2.1	O QUE É DIVERSIDADE HUMANA	21
2.2	O QUE É O AUTISMO	25
2.3	MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS DO AUTISMO:.....	29
3	O ENSINO REGULAR E AS CRIANÇAS AUTISTAS	33
3.1	ENSINO REGULAR E DIVERSIDADE	33
3.2	INTERVENÇÕES NO TRABALHO COM O TEA.....	38
3.3	ENSINO REGULAR E AUTISMO	42
4	FORMAÇÃO DOCENTE E AUTISMO.....	49
4.1	FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE	49
4.2	FORMAÇÃO DOCENTE PARA O AUTISMO.....	53
4.3	PRODUTO: PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DA PESSOA AUTISTA	57
4.3.1	Fundamentos Teóricos	57
4.3.2	Aspectos Práticos e Metodologias.....	59
4.3.3	Desenvolvimento Socioemocional do Docente.....	61
4.3.4	Colaboração e Trabalho em Equipe	62
4.3.5	Tecnologias Assistivas e Recursos	63
4.3.6	Legislação e Direitos	64
4.3.7	Formação Contínua	65
5	CONCLUSÃO	69
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa é a inclusão de crianças autistas no ensino regular e a formação docente, um tema que emergiu das dificuldades enfrentadas ao lidar com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula. Trata-se de pesquisa que dialoga com as áreas de conhecimento da Teologia e da Educação a partir da inclusão da diversidade humana.

A diversidade tem se tornado cada vez mais recorrente em diversos setores da sociedade e está sendo discutido, especialmente nas políticas públicas relacionadas à educação, o qual a partir da globalização, surgiram várias definições e interpretações. Na teologia, a diversidade é discutida a partir da teologia inclusiva que tem como aspecto principal a valorização da dignidade humana. Marcos 12.33 é emblemático ao destacar: "Amá-lo de todo coração ,de todo entendimento e de todas as forças, e amar ao próximo como a si mesmo." É o princípio do mandamento do amor, o acolhimento incondicional das pessoas, assim como Jesus acolhia a todas as pessoas, conciliando as suas palavras com a sua prática.

Por outro lado, a Educação, garantida por lei a todas as pessoas, tem na inclusão um desafio constante. As escolas necessitam de um sistema educacional inclusivo, com docentes e recursos especializados e consistentes. A inclusão deve ser o foco principal na escola regular, de modo que, de fato, as pessoas com necessidades especiais sejam incluídas.

Nesse contexto da inclusão e da diversidade, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme Cunha, envolve a observação de um conjunto de comportamentos que se agrupam em três áreas principais: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e comportamentos restritos e repetitivos. O DSM-IV-TR (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) publicado pela American Psychiatric Association, e o CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) da Organização Mundial da Saúde, apresentam descrições que são

compatíveis ao abordar o autismo.¹ As características do autismo podem variar de pessoa para pessoa, dependendo do grau da síndrome.

Neste contexto, a problemática deste trabalho foi investigar como o desenvolvimento pessoal e a socialização da diversidade está sendo promovida nas salas de aula regulares. O objetivo geral é analisar a forma como os alunos autistas estão sendo incluídos nas escolas regulares e como está sendo realizada a formação dos professores dessas instituições para lidar com a diversidade de modo que possa atender às necessidades dos estudantes autistas. Como objetivos específicos: conceituar diversidade e autismo; verificar como é feita a inclusão do autismo nas escolas de Ensino regular; identificar os alunos com deficiência, com ênfase naqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA); identificar os benefícios de uma educação continuada para professores do Ensino Regular no aprendizado dos alunos autistas; contribuir, para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo diante da diversidade crescente na contemporaneidade, sobretudo na formação de professores destes referidos alunos. Teve como método a revisão bibliográfica, e como pressupostos teóricos: CUNHA (2011), FERREIRA (2015), KLEMZ (2023), ORRÚ (2007) PADILHA (2013), RAPOLI (2010), RODRIGUES (2010), PADILHA (2013), dentre outros.

A pesquisa inicia com abordagens acerca do autismo, possíveis causas, tratamentos e evolução das abordagens terapêuticas. Em seguida, destaca o ensino regular e a inclusão de pessoas autistas. A inclusão requer uma série de passos porque não se pode promover inclusão excluindo, afinal, cada ser humano possui uma individualidade que deve ser respeitada. Finaliza com uma proposta de formação docente, enquanto produto do mestrado profissional.

A partir desta pesquisa levantou-se questões sobre deficiências, com ênfase no autismo, e buscou-se desmistificar alguns aspectos desse transtorno, a partir das contribuições de especialistas, como psiquiatras, psicólogos e educadores, que continuam a pesquisar para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com autismo. Como também teve como premissa a reafirmação de que todas as crianças, independentemente de etnia, classe social ou deficiência, têm o direito à educação.

¹ CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão :psicopedagogia praticas educativas na escola e na família**. 3 edições – Rio de Janeiro: Wak editora, 2011. p.20

Isso inclui os portadores de autismo, que historicamente enfrentam discriminação devido às suas dificuldades e necessidades educacionais específicas.

O trabalho abordou o histórico da inclusão, as dificuldades enfrentadas e as origens desse movimento, demonstrando que a inclusão da diversidade e do autista na escola regular é possível. Também foram apresentados os principais métodos de tratamento do autismo que auxiliam educadores, pais e demais conviventes. Métodos eficazes, especialmente na melhoria do comportamento, também são discutidos.

Diante do que foi exposto, também foi analisada a formação inicial e continuada dos professores e professoras no quesito - Inclusão da diversidade, mais especificamente, em relação aos alunos com TEA na sala regular, pois no processo de aprendizagem desses indivíduos, requer um olhar atento na individualidade do ser humano.

A partir desta pesquisa, espera-se que contribua para o reconhecimento dos autistas e de como é possível trabalhar com eles, destacando que, embora seja desafiador o processo de inclusão em salas de aula regulares é viável com métodos adequados e formação de professores e professoras, proporcionando uma melhor qualidade de vida para essas pessoas que, infelizmente, ainda são discriminadas.

2 AUTISMO ENQUANTO PARTE DA DIVERSIDADE

Neste capítulo é apresentado o tema diversidade, a sua definição e o seu histórico, bem como a sua importância para os seres humanos e seus vários tipos. O termo diversidade perpassa por vários setores, por isso deve ser compreendido e respeitado em suas diversas formas para que se tenha uma convivência harmoniosa na sociedade.

Também será apresentado um breve histórico do autismo e sua evolução nas pesquisas ao longo dos anos, discutindo as causas, que muitas vezes se apresentam de forma complexa, suas manifestações já que cada indivíduo é único carece de tratamentos específicos que visem melhorar a vida dessas pessoas.

2.1 O QUE É DIVERSIDADE HUMANA

Não é possível falar sobre inclusão sem discutir diversidade. Saber os seus variados conceitos e seu histórico. Falar de diversidade é falar de inclusão e de exclusão, a necessidade de se autoconhecer para conhecer e respeitar os outros seres humanos com todos os seus defeitos e qualidades.

Destaca-se alguns significados da palavra diversidade: Diversidade é um substantivo que significa qualidade ou condição do que é diverso, dessemelhança. 2. Divergência, contradição (entre ideias) 3. Multiplicidade de coisas diversas, existência de seres ou entidades não idênticas ou dessemelhante.²

Zacharias menciona que, “para Sócrates (469- 399a.c.) o conhecimento, era condição de sabedoria e de virtude. Ele não consentia que um homem não tivesse conhecimento de si mesmo para ser sábio”.³ A partir de Zacharias, e seu estudo embasado na filosofia, compreende-se que, para Sócrates, o ser humano precisa se conhecer e ter conhecimento das outras coisas e a partir disso conhecer e respeitar os outros. Após o autoconhecimento é possível perceber o outro e diferenciar o bem

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: O dicionário da língua Portuguesa /Aurelio Buarque de Holanda Ferreira, coordenação Maria Baird Ferreira – 8 edição Curitiba: positivo. 2010. p. 261.

³ ZACARIAS, José Jorge de Moraes. **Tipos**: a diversidade humana. São Paulo: Vetor, 2006 (Coleção Anima Mundis) p. 7.

e o mal, afastando-se principalmente da opinião alheia, podendo construir a sua personalidade e aceitando as personalidades do seu semelhante. Afinal, o ser humano necessita construir a sua própria identidade, a qual é constituída por essências que são adquiridas através de experiências e conhecimentos absorvidos ao longo da vida, segundo Costa e Fonseca:

Mas, em se tratando de mim ou de ti, não basta impossibilitar a identidade de substância e forma para impossibilitar uma coisa sempre igual a si (identidade). Quando falamos de humanos, a noção de identidade está muito atrelada ao conceito de consciência e de nossa autopercepção, pois é com a percepção de nossas percepções, pensamentos, afetos e memórias que afirmamos nossa existência perante nós mesmos e os demais.⁴

Na Grécia Antiga, a medicina fundamentava-se na observação do estilo de vida das pessoas, incluindo como viviam e se alimentavam, para identificar condições de saúde ou doença. Além disso, analisavam-se os comportamentos e os modos de vida, considerando suas semelhanças e diferenças. Dada a grande diversidade observada, foram criadas classificações que buscavam oferecer explicações científicas, dando origem às primeiras teorias sobre os tipos de natureza humana.⁵

A subjetividade é o que modifica o conceito de identidade, pois a mesma norteia a diversidade. A teoria de identidade é baseada na generalização da igualdade de critérios de semelhanças, grupos, gostos, transtornos iguais assim se tornando mais fácil e objetivo.⁶ Ela vem com a finalidade de equilibrar e promover o crescimento da diversidade ampliando a aceitação das diferenças e peculiaridades, como mostra Costa:

Já o conceito de subjetividade busca a ampliação da complexidade dos fenômenos, cartografando suas diferenças, caprichos, peculiaridades. Vislumbrando este, não de modo isolado, substancializando-o e formatando o como um “à parte”, um “si mesmo”; pelo contrário, investigando nestes as linhas que o levam para além de si.⁷

O significado de diversidade pode ser multifacetado, ela faz ligações com vários conceitos como identidade, gênero, desigualdade social, racismo, cultura e muitos outros, pois a diversidade pode ser vista como uma mistura de diferenças e

⁴ COSTA, Luís Artur; FONSECA, Tania Mara Gali. **Da diversidade**: uma definição do conceito de subjetividade *Interamerican Journal of Psychology*, vol. 42, núm. 3, 2008, pp. 513-519 Sociedade Interamericana de Psicologia Austin, Organismo Internacional. Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade (redalyc.org). Acesso em: 29 jun. 2024.

⁵ ZACARIAS, 2006, p. 8.

⁶ COSTA, 2008, p. 515.

⁷ COSTA, 2008, p. 518.

valores de uma sociedade que divide entre si.⁸ É necessário que se reflita diversidade não só na educação, mas em todos os outros setores, apesar do objetivo principal da pesquisa ser os PCDs, mais especificamente os autistas, não podemos esquecer das outras pessoas que também lutam para serem respeitadas em suas individualidades e olhadas de forma igualitária como os negros, indígenas, LGBTQIA+ e etc. Podemos usar como referência conceitual dentre outros, a UNESCO que tem como parâmetro o documento - Declaração Universal sobre a diversidade Cultural (2002) onde o mesmo fala que:

A ampla difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis para a dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de responsabilidade e de ajuda mútua.⁹

Há diversos tipos de diversidade, porém o documento mencionado foca na diversidade cultural, que está constantemente presente nas políticas públicas e frequentemente gera divergências de posicionamento. Esse cenário tem promovido a construção de alternativas afirmativas para uma sociedade marcada pela multiculturalidade, composta por diferentes modos de vida – espirituais, materiais e afetivos – que caracterizam distintos grupos de pessoas, especialmente no contexto da educação. A UNESCO pode ser considerada como uma instituição que promove educação e cultura, no sentido de ser orientadora para o conceito da diversidade, nas relações de pluralidade, gênero humano, inclusão da educação entre todos os povos:

[...] a cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.¹⁰

Não podemos abordar sobre diversidade sem tratar de direitos humanos e desenvolvimento humano, principalmente, em relação à educação e a cultura. Falar de diversidade é falar sobre desafios e lutas de poder entre autarquias e grupos que

⁸ MARTINS, Fernando José. **Diversidade**: conceitos e práticas presentes na educação, gestão e movimentos sociais. da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/15039>. Acesso em: 30 maio 2024.

⁹ UNESCO. Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. Paris (2002). Disponível em: Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural; 2002 (oas.org). Acesso em: 30 maio 2024.

¹⁰ UNESCO. Paris (2002). p. 6. Acesso em: 30 maio 2024.

se mobilizam em defesa do” diferente”, para que haja políticas públicas cujo principal objetivo seja priorizar os menos favorecidos socialmente, que necessitam de respeito e de condições, para que seus deveres e direitos como seres humanos sejam cumpridos. Para Ferreira:

[...] o conceito de diversidade fundamenta-se na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos em condições de igualdade com qualquer outro membro/grupo da/na sociedade, independentemente do grupo ao qual a pessoa pertence, como consequência (a) implica ruptura com a desigualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais, (b) significa um movimento em defesa e promoção do reconhecimento e respeito às diferenças individuais, sejam elas de qualquer natureza, e (c) envolve participação, empoderamento e engajamento político dos membros do grupo.¹¹

O termo diversidade está sendo muito utilizado hoje, mas as discussões são recentes, começou a aparecer mais com a globalização tecnológica com as discussões em agendas mundiais reuniões de grandes grupos, mesmo com estes grupos já existiam, eram muitas vezes invisíveis para a sociedade e para as classes políticas principalmente no Brasil.

Segundo Ferreira¹², o evento mundial mais importante foi o Fórum Econômico Mundial (FEM) de Davos, na Suíça, onde foram discutidos assuntos relevantes da sociedade por empresários e políticos. Para ele, a globalização e o desenvolvimento tecnológico vieram, tanto para beneficiar pessoas que tem poder, como para unir pessoas e grupos que precisam de uma visibilidade maior na sociedade.

Isso foi possível principalmente na década de 90, quando a UNESCO lançou o movimento denominado - Educação para Todos com o intuito de diminuir as desigualdades sociais mundiais, reduzindo o analfabetismo. A exclusão de meninas, jovens e mulheres, especialmente nos países do Sul, contrastava com a realidade das crianças de famílias ricas nos países do Norte. No entanto, foi apenas em 1994, com a realização da Conferência de Salamanca e a consequente Declaração de Salamanca, que outros grupos excluídos passaram a ser incluídos nas discussões e iniciativas voltadas para a inclusão educacional. Trazendo um novo pensamento educacional, Ferreira destaca que:

¹¹ FERREIRA, Windy Brazão. O conceito de diversidade no BNCC Relações de poder e interesses ocultos. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015. Disponível em: FERREIRA, Windy Brazão. O conceito de diversidade...- Google Acadêmico. Acesso em: 25 jun. 2024. p. 309.

¹² FERREIRA, 2015, p. 301.

[...] são as escolas que devem se ajustar a todas as crianças e não o contrário! independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou superdotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. Estas condições colocam uma série de diferentes desafios aos sistemas escolares. [...] As escolas terão de encontrar formas de educar com sucesso estas crianças, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves.¹³

No Brasil, o uso do termo - diversidade só começou no ano de 2000, quando se iniciou alguns encontros e pesquisas sobre esse tema, essa desigualdade educacional se dá a partir da História da Educação dos Brasil onde só era possível estudar os filhos dos nobres e os homens.¹⁴

Nesse sentido, o conceito de diversidade fundamenta-se na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos em condições de igualdade com qualquer outro membro/ grupo da/na sociedade, independentemente do grupo ao qual a pessoa pertence, como consequência (a) implica ruptura com a desigualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais, (b) significa um movimento em defesa e promoção do reconhecimento e respeito às diferenças individuais, sejam elas de qualquer natureza, e (c) envolve participação, empoderamento e engajamento político dos membro do grupo.¹⁵

Apesar desse tema ser tão discutido e utilizado recentemente, ainda não se tem um único conceito para ele, o que podemos afirmar é a necessidade de discussão e reflexão sobre todas as diferenças e sobre a igualdade de direitos. Importante destacar, no entanto, que diversas áreas do conhecimento tratam do tema uma vez que espelha a sociedade como um todo.¹⁶

2.2 O QUE É O AUTISMO

A palavra autismo tem origem grega (autos) que significa por si mesmo, é um termo usado para intitular comportamentos humanos que se centraliza em si mesmo, voltados para o próprio indivíduo.¹⁷ O autismo compreende a observação de um

¹³ FERREIRA, 2015, p. 302.

¹⁴ FERREIRA, 2015, p. 302.

¹⁵ FERREIRA, 2015, p. 309.

¹⁶ KLEMZ, Charles. **O rosto de Cristo na diversidade humana das redes sociais digitais**. São Leopoldo, RS, 2023. (177 p.) Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2023 Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BRSIFE/1167/1/klemz_c_td.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024

¹⁷ ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, Linguagem e Educação**: Interação Social no Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: Wak editora, 2007. p. 17.

conjunto de comportamento agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito - repetitivas.¹⁸

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que tem antes da publicação do DSM-V, em 2013, outras terminologias, como TID, Autismo, síndrome de Rett, Transtorno Global do Desenvolvimento e Síndrome de Asperger.¹⁹

Segundo informações de Pedro Paulo Rocha, em seu artigo a “Cultura do Autismo”²⁰, estima-se que 10 a 15% de pessoas com autismo têm inteligência na média ou acima, 25 a 35% têm um retardo mental leve, e o restante moderado e profundo. A partir disso, é dito que o autismo hoje é considerado como espectro de transtornos, podendo se manifestar de várias maneiras com vários sintomas. Alguns autistas desenvolvem algumas áreas mentais podendo progredir em algumas habilidades isoladas como: desenhos, músicas, pinturas, etc. E, segundo Cunha, o autismo pode surgir nos primeiros meses de vida, mas, em geral, os sintomas tornam-se aparentes por volta da idade de três anos.²¹

Segundo Orrú, as causas da condição ainda não são completamente compreendidas. Apesar das intensas pesquisas realizadas, os fatores envolvidos continuam a ser objeto de controvérsia. Entre os possíveis determinantes, considera-se uma ampla gama de hipóteses, desde causas psicológicas, disfunções cerebrais e alterações de neurotransmissores até fatores ambientais. Mais recentemente, a influência de fatores genéticos passou a ser levantada e analisada de forma mais aprofundada por cientistas.²²

O autismo é também conhecido como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), caracterizado por Klin como “Uma família de condições marcadas pelo início precoce de atrasos e desvios no desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e demais habilidades.”²³

¹⁸ CUNHA, 2011, p. 20.

¹⁹ STRAVOGIANNIS, Andrea Lorena. **Autismo**: livro eletrônico. Integração e diversidade. São Paulo SP: Literare Books International Ltda., 2021. p. 57.

²⁰ MESIBOV, Gary B.; SHEA, Victoria A. **Cultura do Autismo: do Entendimento Teórico à Prática Educacional**. Tradução: Marialice de Castro Vatauvuk. p. 2.

²¹ CUNHA, 2011, p. 24.

²² ORRÚ, 2007, p. 27.

²³ KLIM, Ami Autismo e síndrome de Asperger: **Revista Brasileira Psiquiatria**. 2006;28 (Supl I): S3-11 uma visão geral. p. 54. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>. Acesso em: 20 ago. 2024.

O histórico do autismo gerou vários estudos e questionamentos. Em 1911, Bleuler foi o primeiro autor a usar o termo “autismo” com a intenção de caracterizar a perda de contato com a realidade e a dificuldade de se relacionar com outras pessoas. Ele usava essa palavra para descrever um sintoma de esquizofrenia.²⁴

Em 1943, o psiquiatra austríaco Leo Kanner, utilizou o termo “distúrbio autístico do contato afetivo”²⁵ para denominar um grupo de 11 crianças que apresentava os seguintes sintomas: dificuldade de se relacionar com outras pessoas, atraso no domínio da linguagem e outras áreas, repetição de sequências e mania de manter tudo organizado. Kanner denominou esses sintomas como: “Alterações autistas do contato afetivo” separando o mesmo do grupo da esquizofrenia, discordando assim de Bleurer em 1911.²⁶

Kanner, em suas pesquisas, observou que a maioria dos pais de autista possuía uma inteligência acima da média. Em 1955 ele considerou que um dos motivos da síndrome começava na vida intra uterina.²⁷

Em 1949, passou a referir-se ao quadro como “Autismo Infantil Precoce” que é uma síndrome bem definida relacionada com a esquizofrenia infantil. Em 1956, sentiu a necessidade de se aprofundar mais nos sintomas a nível biológico, psicológico e social. Em 1968, acrescentou que a síndrome deveria ter um diagnóstico diferente das deficiências mentais. Em 1973, classificou a síndrome como parte do quadro das psicoses infantis.²⁸

Em 1986, Gauderer trata a síndrome como um inconveniente ao meio social ou uma doença crônica, de origem orgânica, com fatores neurológicos de dissipação relacional. Em 1995, Sacks concordou com Kanner, no sentido de que apresenta sintomas mais cedo do que a esquizofrenia e vive em total isolamento sem perceber as influências externas.²⁹

Segundo ele, o autismo pode ser adquirido. Isso foi observado na década de 60 em um surto de rubéola, provocando a síndrome durante a gestação. Afirma

²⁴ ORRÚ, 2007, p. 19.

²⁵ CUNHA, 2011, p. 20.

²⁶ ORRÚ, 2007, p. 18 e 19.

²⁷ ORRÚ, 2007, p. 19.

²⁸ ORRÚ, 2007, p. 20.

²⁹ ORRÚ, 2007, p. 22.

também que tanto o autismo como outras síndromes pode ser adquirida na fase adulta, sendo casos raros a partir de algumas formas de encefalite.³⁰

Para o CDC (Centro de Controle e Prevenção a Doenças), no ano de 2023 o número de diagnóstico do TEA é de aproximadamente 1 em 36 crianças com 8 anos de idade dos Estados Unidos.³¹

No Brasil, em 1991, estimava-se que existia cerca de 600 mil autistas baseado no número internacional, pois não existe censo feito. A classificação é baseada no CID-10 que inclui o autismo no grupo de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (publicado pela organização mundial da saúde) e no DSM-IV.³² A maior mudança em relação à classificação e aos critérios diagnósticos é encontrada no DSM-5, publicado em 2013. Nesta atualização foi desenvolvido um capítulo intitulado por “Transtorno do Espectro Autista”, que reúne autismo, síndrome de Asperger, transtorno Desintegrativo da infância e transtorno global do desenvolvimento.³³

Na edição de 2022 do censo demográfico, foram incluídas perguntas direcionadas ao autismo, utilizando a definição utilizada pela Organização Mundial da Saúde, determinada pela lei nº 13.861 de 2019, depois de reivindicações da comunidade autista. O médico José Lucivan Miranda³⁴, na entrevista ao IBGE, no censo 2022, fez questão de responder o questionário afirmando que, “provavelmente nós teremos um mundo mais ou menos autista”, baseado em suas experiências clínicas e pesquisas o médico percebeu um aumento significativo nos diagnósticos de pacientes autistas. Ele também destaca que esse crescimento é mundial. No Brasil ainda não temos um número exato de autistas, apenas numeração pontual de algumas regiões.³⁵

³⁰ ORRÚ, 2007, p. 22 e 23.

³¹ JUNIOR. Francisco Paiva. **Prevalência do autismo**. 2023: Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

³² Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 4º Ed. texto revisado.

³³ LIBERALESSO, 2020, Apud. FERREIRA, 2023. **Os desafios contemporâneos e interdisciplinares na atualidade**. Editora Epitaya | ISBN: 978-65-87809-75-5 | Rio de Janeiro | 2023 | pag. 76. Disponível em: Processo Diagnóstico Do Autismo e Impacto Na Dinâmica Familiar: Uma Revisão Bibliográfica | PDF | Espectro do autismo | Distúrbio mental (scribd.com). p. 4. Acesso em: 24 ago, 2024.

³⁴ Mestre em Neuropediatria e professor do curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC),

³⁵ IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 23 ago. 2024.

2.3 MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS DO AUTISMO:

Silva e Mulick descreve que, o diagnóstico de autismo é baseado em uma lista de critérios comportamentais. Em diversos países da Europa e da América do Norte, incluindo Estados Unidos e Canadá, especialistas recomendam que o diagnóstico siga os critérios definidos pelo ICD-10 (OMS, 1992) e/ou pelo DSM-IV-TR (APA, 2003). Neste artigo, focaremos nos critérios diagnósticos oferecidos pelo DSM-IV-TR (APA, 2003). Segundo esses critérios, para que uma criança seja diagnosticada com transtorno autista, ela deve apresentar pelo menos seis dos doze sintomas listados na Tabela 1. Destes, ao menos dois devem estar na área de interação social, um na área de comunicação e um na área de comportamentos restritos, repetitivos estereotipados.³⁶

A Tabela 1 lista de sintomas do transtorno autista por área de acordo com os critérios oferecidos pelo DSM-IV-TR (APA 2023).

Tabela 1 - sintomas do transtorno autista por área de acordo com os critérios oferecidos pelo DSM-IV-TR (APA 2023)

Comprometimento quantitativo da interação social:
<ul style="list-style-type: none"> a) Implicações de vários comportamentos não verbais dificultando a interação social. b) Insucesso no convívio com seus pares no mesmo nível de desenvolvimento c) Falta de experimentar experiências compartilhadas.
Comprometimento qualitativo da comunicação:
<ul style="list-style-type: none"> a) Retardo ou ausência da comunicação verbal, sem nenhum investimento em outras formas de comunicação (gestos, ou mímicas) b) Em indivíduos verbais, dificuldade em manter uma conversa até o final c) Estereotípias e repetição das falas

³⁶ SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 1, p. 116–131, 2009. Disponível em: SciELO - Brasil - Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. Acesso em: 23 ago 2024.

d) Não comparece em brincadeiras e jogos de imitação adequados para a faixa etária
Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades
a) Foco em um único interesse com preocupação excessiva em padrões estereotipados.
b) Dificuldade em sair da rotina ou rituais não funcionais.
c) Maneirismo e gestos estereotipados repetitivos
d) Obsessão por partes ou objetos.

Fonte: DSM-IV-TR (APA, 2003). Apud. Silva e Mulick. 2009.³⁷

Cunha³⁸, a partir da DSM –IV-TR (publicado pela American Psychiatric Association), e o CID 10 (Classificação Internacional de Doenças), da Organização Mundial de Saúde, aponta outros distúrbios com características autistas como:

- Síndrome de Asperger: Caracteriza-se pela ausência de retardo mental, atraso cognitivo ou prejuízo na linguagem. No entanto, a criança pode desenvolver um comportamento marcado pela solidão, interesses específicos e resistência à aceitação de novas ideias.
- Autismo Atípico: Difere do autismo clássico pelo fato de os sintomas surgirem em uma idade mais avançada.
- Transtorno de Rett: É um distúrbio neurológico de início precoce, caracterizado por retardo mental severo. Até o momento, foi relatado exclusivamente em meninas e apresenta características específicas, como convulsões na maioria dos casos, problemas respiratórios e escoliose severa, entre outros.
- Transtorno Desintegrativo da Infância: Mais comum em meninos, manifesta-se antes dos dez anos e está associado a retardo mental e regressão em várias áreas de funcionamento. Antes do início da doença, a criança pode apresentar sinais de irritabilidade, ansiedade e hiperatividade.

³⁷ DSM-IV-TR (APA, 2003). *apud.* SILVA; MULICK, 2009

³⁸ CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão**: psicopedagoga práticas educativas na escola e na família. 3ª edição – Rio de Janeiro: 2011. p. 21-22.

Segundo Balbuena³⁹, o TEA é classificado em três níveis de suporte: nível 1 necessita de apoio, nível 2 necessita de um apoio mais substancial e nível 3 necessita de apoio constante e mais complexo. Não existe uma regra específica para determinar o nível do transtorno, o que é avaliado na maioria das vezes, são os seguintes critérios :comunicação social padrões restritos e comportamento repetitivos, interesses ou atividades, vai depender da área observada, ou seja, ser nível 2 em comportamento e nível 1 em comunicação.

Balbuena menciona Frombone que destaca que das crianças identificadas com TEA que possuíam escore do quociente de inteligência (QI) disponíveis, os autores verificaram que um terço também apresentava deficiência intelectual (DI).⁴⁰

De acordo com Cunha, alguns autistas podem ter convulsões pois muitos deles apresentam diversos problemas neurológicos e neuroquímicos. Por isso é necessário realizar exames clínicos, avaliações e análises, com um número suficiente de informação para maior precisão do quadro. É necessário um trabalho em conjunto dos médicos, professores, fonoaudiólogos e da família para estabelecer um trabalho na educação e nos tratamentos adequados.⁴¹

Estima-se que a epilepsia seja 60 vezes mais frequente em pessoas autistas, e que 75% delas apresentem deficiência intelectual. Geralmente, o autismo está associado a outras condições ou doenças. Por isso, é fundamental realizar exames laboratoriais para descartar diagnósticos diferenciais ou identificar possíveis síndromes associadas. São eles: sorologia, ECG, avaliação oftalmológica, neuropsicológico, Pesquisa do X frágil/ Cariótipo, RNM, EEG, Erros inatos do metabolismo /teste do pezinho, avaliação audiológica.⁴²

Apesar de muitos estudos, segundo Olivier, pode se não ter uma única causa, mas se tem muitas opções que podem e devem ser citadas até mesmo para se incentivar a novas pesquisas e descobertas sobre esses distúrbios.⁴³

³⁹ APA 2014 *apud* BALBUENO, Bianca. **Autismo, Integração e diversidade**. Capítulo orientação parental para famílias de pessoas com TEA-Transtorno do Espectro Autista. São Paulo/SP: Literare books internacional, 2021. p. 8.

⁴⁰ FOMBONE, 2019 *apud* BALBUENO, 2021, p. 9.

⁴¹ CUNHA, 2011, p. 29.

⁴² ORRÚ, 2007, p. 27,

⁴³ OLIVER, Lou de. **Distúrbios de aprendizagem e de comportamento**. Rio de Janeiro :Wak editora, 2011. p.116.

3 O ENSINO REGULAR E AS CRIANÇAS AUTISTAS

Nesse capítulo, será apresentada uma pequena análise sobre ensino regular diversidade e inclusão, usando como documento norteador - a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Que é um documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴⁴

Para Klemz, a utilização de “diversidade” espelha o pluralismo humano, seja para questões físicas, ideológicas, religiosas, étnicas, sociais, culturais e quaisquer outras que, de alguma forma, refletem a diversidade humana. Para isso, há que se buscar a naturalização da diversidade humana, através da educação, com aportes da teologia e das diversas áreas do conhecimento que refletem sobre o tema, para a alteridade, ou seja, para a mudança da mentalidade e do agir das gerações futuras.⁴⁵

O número de alunos e alunas autistas tem aumentado muito nos últimos anos, por isso, será abordado como é feita a inclusão dos mesmos e das mesmas, nas escolas regulares, as leis que protegem o direito do autista e o que o e a discente precisa saber para se fazer essa inclusão.

3.1 ENSINO REGULAR E DIVERSIDADE

Inicialmente, importante mencionar que:

[...]a educação inclusiva busca integrar alunos com necessidades especiais em escolas regulares, promovendo sua participação no ambiente escolar comum. Em contraste, a educação especial é uma modalidade específica que oferece suporte especializado para atender às necessidades desses alunos.⁴⁶

⁴⁴ BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** Brasília, DF: MEC, 2018. p. 4. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

⁴⁵ KLEMZ. Charles. Inclusão ou diversidade. **identidade!** São Leopoldo, v. 28, n. 1. p. 385-397, jan./jun. 2023. p. 385. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/identidade>. Acesso em: 13 set. 2024.

⁴⁶ DAS NEVES MATOS, Antônia Débora et al. A construção da educação especial e inclusiva no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 8, p. e5113-e5113, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/5113/3844>. Acesso em 20 out. 2024. p. 1.

De todo modo, independente de ser inclusiva ou especial, a demanda atual por inclusão e valorização da diversidade na educação está ligada às estratégias adotadas por grupos humanos e sociais considerados diferentes. Esses grupos têm buscado, de maneira política, enfatizar suas singularidades e identidades, exigindo um tratamento justo e igualitário e desafiando a noção de inferioridade associada às diferenças socialmente construídas.

Trabalhar com a diversidade na educação não é uma tarefa simples, especialmente em um país como o Brasil, onde a exclusão social é profunda. Um dos aspectos dessa exclusão, frequentemente negligenciado no âmbito educacional, é a negação das diferenças, que resulta em um tratamento desigual para essas realidades.⁴⁷

A BNCC tem papel fundamental nas transformações da educação básica assegurando ao estudante no âmbito pedagógico alinhando aprendizagem e desenvolvimento. Para que esse objetivo seja atingido, a BNCC lista dez competências⁴⁸ para as três etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).⁴⁹

Nesse sentido, é essencial destacar três competências que propiciam o respeito à diversidade no ambiente educacional do ensino regular.

- 1- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 2- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

⁴⁷ GOMES, Nilma Lino et al. **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**. Diversidade e Currículo. p.30, Salto para o futuro. Boletim 17, setembro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

⁴⁸ Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

⁴⁹ BRASIL, 2018, p. 6.

- 3- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.⁵⁰

A primeira competência respeita os saberes e a cultura trazida pelos alunos, aproveitando as suas experiências, para que contribua na aprendizagem, proporcionando melhores escolhas no desenvolvimento do seu projeto de vida e melhores escolhas no mercado de trabalho.

A segunda destaca o auto cuidado para que se tenha controle emocional podendo assim reconhecer suas emoções e seus erros, sabendo lidar como os mesmos.

Por último e talvez a mais importante, a terceira competência dá ênfase ao respeito da diversidade em todos os sentidos intelectuais, culturais, classe sociais, etnia, além da empatia e a capacidade de resolver conflitos que possa por ventura existir durante o processo de aprendizagem.

Ainda de acordo com a BNCC, o Brasil naturalizou a desigualdade social, que ao longo de sua história refletiu na desigualdade educacional. Para que haja uma mudança nesse cenário, o currículo deve ser construído considerando a diversidade e a desigualdade social, com propostas educacionais que possibilitem ao aluno e à aluna a construção de identidade cultural, étnica e social. Dessa forma, a educação se torna inclusiva, promovendo a equidade entre os estudantes, garantindo o acesso e a permanência na escola.⁵¹

Os movimentos sociais e culturais se destacam na luta política e social, buscando desnaturalizar a desigualdade histórica, para que a diversidade seja respeitada, sobretudo na educação, questionando quais ações o sistema educacional, tem tomado a fim de garantir o direito à educação de qualidade a respeito desses sujeitos.

A BNCC é baseada nos valores e princípios que são orientados pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). A partir

⁵⁰ BRASIL, 2018, p. 8.

⁵¹ BRASIL, 2018, p. 13.

desses documentos são tomadas decisões de como deve ser o currículo, levando em consideração a necessidade de diferentes grupos, famílias e comunidades, respeitando as diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância).⁵²

A inclusão traz discussão sobre a segregação dos estudantes na construção da sua identidade e diferenças, a necessidade de mudanças tanto nas normas para os alunos e as alunas, como também para o sistema de ensino que divide os e as estudantes em normais e especiais. As escolas inclusivas vem justamente modificar essas relações de (normais/especiais, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico).⁵³

A BNCC destaca termos que tem grande importância quando falamos em diversidade e educação, conceitos relevantes para promover uma educação igualitária dentre eles: EQUIDADE: Disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um: justiça. IDENTIDADE: os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, etc.⁵⁴

Para Klemz, é possível se ter uma inclusão transversal⁵⁵, independente do gênero, pessoas, deficiência, etnias entre outros como reflexo da diversidade humana. Essa diversidade se manifesta nas identidades das pessoas. A diversidade é inerente a uma sociedade plural e, portanto, sua naturalização é essencial.⁵⁶

Nesse contexto, é necessário que haja mudanças no processo educacional, tanto nas políticas públicas como nas escolas e sala de aula. Para que essas mudanças sejam realmente implementadas, é essencial que todos e todas participem (gestores, gestoras, professores, professoras, família, funcionários e funcionárias) da criação e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. É importante que o PPP não se torne apenas uma formalidade burocrática, mas que efetivamente contribua para decisões que influenciem de maneira significativa o processo de

⁵² BRASIL, 2018, p. 15.

⁵³ RAPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza. Universidade Federal do Ceará. 2010. p. 7.

⁵⁴ FERREIRA, 2010, p. 297 e 406.

⁵⁵ KLEMZ, Charles. **Inclusão transversal da diversidade humana**: um diálogo entre a teologia e a educação. São Leopoldo, RS: Oikos, 2021.

⁵⁶ KLEMZ, 2019, p. 109.

aprendizagem. A necessidade de um PPP está prevista na LDBEN (Lei N° 9394/96), no artigo 12, que atribui à escola a responsabilidade de "...elaborar e executar sua proposta pedagógica". Com a participação do professor e da professora na elaboração do PPP, ele ganha subsídios para promover uma educação democrática e inclusiva, considerando suas identidades. Isso ajuda a garantir que os alunos e as alunas permaneçam na sala de aula e recebam um ensino de qualidade.⁵⁷

Klemz considera o PPP como sinônimo de igualdade na elaboração do currículo a partir dos alunos e das alunas e da formação constante do corpo docente, contemplando a diversidade dos sujeitos, respeitando e valorizando as diferenças tornando se verdadeiramente uma escola inclusiva.⁵⁸

Não se pode discutir inclusão sem abordar igualdade; para isso, é essencial considerar a equidade, que demanda ações para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades, independentemente de sua identidade. Essa equidade será demonstrada principalmente na elaboração do currículo.

Compreender a relação entre diversidade e currículo implica delimitar um princípio radical da educação pública e democrática: a escola pública se tornará cada vez mais pública na medida em que compreender o direito à diversidade e o respeito às diferenças como um dos eixos norteadores da sua ação e das práticas pedagógicas. Para tal, faz-se necessário o rompimento com a postura de neutralidade diante da diversidade que ainda se encontra nos currículos e em várias iniciativas de políticas educacionais, as quais tendem a se omitir, negar e silenciar diante da diversidade. A inserção da diversidade nas políticas educacionais, nos currículos, nas práticas pedagógicas e na formação docente implica compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como: desigualdade, discriminação, etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia.⁵⁹

Gomes ressalta a necessidade de uma transformação profunda na implementação do currículo, visando promover a diversidade e tornar a escola pública mais acolhedora e democrática. Isso envolve romper com o engessamento curricular e dar voz às diferenças culturais, étnicas, de gênero, econômicas, entre outras. É essencial incluir esses temas na formação dos professores, para que possam ser debatidos em sala de aula, aproveitando as experiências e identidades dos alunos. Dessa forma, a escola se tornará verdadeiramente um espaço de pertencimento para todos.⁶⁰

⁵⁷ RAPOLI, 2010, p. 11 e 12.

⁵⁸ KLEMZ, 2019, p. 110.

⁵⁹ GOMES, 2007, p. 31.

⁶⁰ GOMES, 2007, p. 35.

Com o intuito de promover a diversidade na educação básica, são necessárias algumas ações que envolvam política pública, comunidade, família e escola: Reorganizar o tempo e o espaço nas escolas, discutir diversidade no currículo e na formação dos docentes, ensino bilíngue e por profissionais da própria comunidade indígena, capacitado para ensinar, reorganização do ensino para educação de jovens e adultos, para as escolas do campo, para os povos da floresta e para os estudantes com altas habilidades e deficientes, construção do projeto político pedagógico para comunidades quilombolas, condições políticas e pedagógicas que garantam a implementação da Lei n. 10.639/03 (obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.⁶¹

Ao refletir sobre as mudanças propostas, pode se afirmar que algumas já estão destacadas na BNCC, porém é visível e preocupante que muitas dessas ações infelizmente não saíram do papel e outras estão sendo implantadas de uma forma lenta, apesar das cobranças da sociedade que vive a diversidade e continua excluída e marginalizada, não sendo cumprido o que garante a constituição - Educação para todos e todas.

3.2 INTERVENÇÕES NO TRABALHO COM O TEA

Conforme mencionado, a inclusão do e da autista não é simples. É necessário que a escola tenha uma sala multifuncional com profissionais especializados, ou receba orientação de profissionais externos que trabalhem com a criança, pois apesar dos métodos estarem evoluindo, o autista precisa ser trabalhado individualmente antes da utilização do mesmo em sala de aula. Além disso, o professor ou a professora precisa ser preparado ou preparada e ter suporte para trabalhar com o ou a autista, assim como os métodos devem ser adequados, de acordo com a habilidade que deverá ser trabalhada e desenvolvida no aluno e na aluna.

⁶¹ GOMES. 2007. p. 33

Existem alguns métodos que são utilizados para desenvolver o autista, alguns são específicos e outros adaptados, no entanto, ambos conseguem resultados satisfatórios no desenvolvimento cognitivo, comportamental e social. Entre eles estão: Interação Intensiva, Programa Lovaas, porém, os mais utilizados para aprendizagem, autonomia e independência do autista são o TEACCH e o ABA.⁶²

Entre esses métodos, se destacam o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children) que traduzido em português significa Tratamento e educação para Autista e Crianças com Deficiências Relacionadas à Comunicação. É um programa de intervenção terapêutico educacional e clínico.⁶³

O método TEACCH surgiu na década de 1960, no Departamento de Psiquiatria da Universidade da Carolina do Norte, liderada pelo Dr. Eric Shopler e seus colaboradores, como um projeto para atender crianças com autismo ou na época (psicose infantil) e suas famílias. Os autores acreditavam que o tratamento em cima da tese que o autismo era um problema psicológico no qual os maiores culpados eram os pais não surtia efeito⁶⁴. Para Lima, no método TEACCH, o ambiente é cuidadosamente preparado para minimizar estímulos visuais e sensoriais, de modo que a criança possa focar na atividade proposta, considerando suas necessidades individuais. O espaço é organizado de maneira previsível e clara, o que facilita a compreensão e a orientação da criança.⁶⁵

De acordo com Orrú⁶⁶, o TEACCH é considerado como uma prática psicopedagógica que observa os comportamentos do autista, a partir de vários estímulos que indicam de que maneira o programa deva ser aplicado. Os principais estímulos são visuais (fotos, figuras, cartões), corporais (apontar, gestos, movimentos corporais) e audiocinestésicovisuais (som, palavra, movimentos associados às fotos) com o intuito de estabelecer algum tipo de comunicação.”

⁶² CUNHA, 2011, p. 73.

⁶³ RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SPENCER, Eric. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak editora. 2010. p. 79.

⁶⁴ RODRIGUES; SPENCER, 2010, p. 79.

⁶⁵ LIMA, Fernanda Atakami. **Análise Do Comportamento Como Intervenção No Autismo**, 2022. p. 25. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/49810/1>. Acesso em: 02 nov. 2024.

⁶⁶ ORRÚ, 2007, p. 60 e 61.

[...] a metodologia de ensino se dá a partir da condução das mãos do aluno e da aluna que faz uso dos símbolos, em um contínuo direcionamento de sua ação até que se encontre em condições (ou se mostre capaz) de realizar a atividade proposta sozinho, porém, com o uso do recurso visual.⁶⁷

O método procura fazer com que o aluno e a aluna tenham uma autonomia, estrutura o ambiente a partir dos símbolos, pois o e a autista não tem condições de assimilar o que aprenderam.

Segundo Rodrigues e Spencer⁶⁸, os princípios norteadores do método TEACCH são:

- Busca do entendimento exaustivo de como é, como pensa, como age a criança e o adolescente autista;
- Determinação de objetivos específicos e claramente definidos com relação ao programa terapêutico;
- Especificação dos repertórios de comportamento que o autista pode ou não realizar, sem ênfase a rótulos, categorizações e suposições de caráter interpretativo;
- Elaboração de planos terapêuticos individuais dirigidos aos comportamentos-alvo com especificação das respostas;
- Adaptações dos métodos terapêuticos à problemática específica da criança ou do adolescente;
- Atenção constante naquilo que vemos a criança ou o adolescente fazer, registrando os acontecimentos;
- Seleção cuidadosa de comportamentos que sejam realmente relevantes;
- Seleção criteriosa de comportamento que respeite e mantenha alguma semelhança com aquilo que a criança já sabia fazer ou esteja fazendo;
- Divisão do comportamento final esperado em informações que serão apresentadas em pequenas quantidades em uma sequência progressiva e repetida;

⁶⁷ ORRÚ, 2007, p. 61.

⁶⁸ RODRIGUES; SPENCER, 2010, p. 80-81.

- Utilização de esquemas de reforçadores e de estímulos de preparação produzindo um condicionamento secundário.

O Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS - *Picture Exchange Communications System*) procura ensinar a criança a pedir o que quer por meio das figuras, começando com coisas fáceis, e com o passar do tempo tentar ensiná-la a construir frases com as figuras, aumentando assim a sua capacidade de se comunicar. Baseia-se na utilização de figuras de elementos concretos (símbolo/signos) do cotidiano em que ele vive, utilizando uma comunicação receptiva, fazendo com que o e a autista perceba a presença do outro, aprenda a se comunicar e fique mais independente, principalmente para as suas necessidades básicas.⁶⁹

Cunha destaca que o método ABA (Análise Aplicada ao Comportamento) origina-se do behaviorismo que tem como objetivo observar, analisar e explicar a associação entre o ambiente e o comportamento humano. O método visa ensinar aos autistas, novas habilidades não adquiridas através da associação de instruções registradas e repetidas exaustivamente.⁷⁰

As respostas positivas de mudança do comportamento, em decorrência das ações pedagógicas favoráveis, dão provas ao terapeuta de que o aprendizado está fluindo. Logo, é observado na lógica comportamental, que quando um evento particular de Estímulo-Resposta é reforçado (recompensado), o indivíduo é fisiologicamente condicionado a reagir, tendendo a repetir as respostas positivas ou agradáveis referentes ao processo de aprendizagem e sociabilização. (Rodrigues e Spencer.⁷¹

O programa LOVAAS, também chamado de análise aplicada do comportamento, como o próprio nome já diz, é baseado no comportamento considerado “excessivo” do autista, pode ser aplicado por um terapeuta ou pelos próprios pais treinados para tal. Seu princípio básico é formado em três expressões: “venha cá”, “sente-se” e “olhe para mim”. Esse programa é considerado eficaz, principalmente se for aliado a outros mais gerais na escola.⁷²

⁶⁹ RODRIGUES; SPENCER, 2010, p. 86-87.

⁷⁰ CUNHA, 2011, p. 73-74.

⁷¹ RODRIGUES, SPENCER, 2010, p. 85.

⁷² FARRELI, Michael. **Dificuldades de comunicação e autismo**: guia do professor. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.94-95.

A Interação Intensiva trabalha com a necessidade do autista em desenvolver o relacionamento e a comunicação com outras pessoas, basicamente tentando dar significado à suas ações e tentando imitá-la. Essa técnica pode ser usada tanto na escola como em casa, pelos pais treinados.⁷³

Além dessas intervenções, atualmente é utilizado como descreve Lima e Costa a Terapia Ocupacional que tem como objetivo reabilitar aspectos motores, perceptivos e cognitivos, utilizando atividades pré-selecionadas e analisadas para promover o restabelecimento de funções comprometidas ou deficitárias nessas áreas, trazendo grandes benefícios para pessoas com autismo e aprimorando sua qualidade de vida como indivíduos. O principal objetivo é introduzir, desenvolver e manter habilidades que possibilitem a participação mais independente possível, em atividades diárias significativas. O que determina quais intervenções serão seguidas, dependerá do tipo de sintomas e do grau de comprometimento que a criança possui. Esses são alguns outros tratamentos que podem ser feitos: Tomada de medicamentos, Fonoaudiologia, Terapia comportamental, Terapia de grupo, Psicoterapia.⁷⁴

3.3 ENSINO REGULAR E AUTISMO

Ao tratar de inclusão no ensino regular, é necessário que se saiba a definição de inclusão e integração. Mantoan⁷⁵ afirma que o uso da palavra integração é usada para descrever a inserção de pessoas com deficiência em escolas regulares. Também é usada para indicar alunos e alunas que foram inseridos e inseridas nas escolas especiais ou mesmo nas classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. Em relação a integração educacional, a autora destaca que nem todos os deficientes são aceitos na sala regular, pois existe uma seleção dos que estão aptos. A autora⁷⁶ destaca que a inclusão desorganiza as políticas, a educação especial e as escolas regulares, pois ela é radical determinando que todos sem exceção deve

⁷³ FARRELL, 2008, p. 95.

⁷⁴ LIMA, Janaina Gomes de; DA COSTA, Taciana Maria Tozer Pessoa. Identificação, Estratégia, Tratamento, Características, Diagnóstico E Inclusão De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista (Tea). **Caderno Discente**, v. 7, n. 1, p. 73-85, 2022. p. s. n. Disponível em: DE LIMA, Janaina Gomes; DA COSTA, Tarciana Maria... - Google Acadêmico. Acesso em: 02 nov. 2014.

⁷⁵ MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **O que? Porque? E como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003. p. 15.

⁷⁶ MANTOAN, 2003, p. 16.

frequentar as escolas regulares provocando mudanças no sistema educacional para que a escola seja inclusiva.

A Secretaria de Educação Especial no Ministério da Educação em sua publicação Marco Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva faz um breve histórico da educação inclusiva no Brasil, que iniciou-se no período do império, em 1854 com a criação da instituição: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant – IBC e em 1857 o Instituto dos Surdos Mudos que hoje é chamado de Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, localizado no Rio de Janeiro. No século XX, em 1926 foi criada a Pestalozzi, especializada em pessoas com deficiência mental, em 1945 por Helena Antipoff foi criado o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação na sociedade Pestalozzi.⁷⁷

Em 1961, o atendimento às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pela LDBEN (Lei n. 4.024/61 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que destacava os direitos dos "excepcionais". Dez anos depois, a Lei 5.692/71 alterou a LDBEN, estabelecendo um tratamento especial para pessoas com deficiências físicas e mentais, ou para aquelas que estavam em atraso com a matrícula regular, além de abordar os alunos superdotados. A lei reforçou que esses estudantes continuassem em classes ou escolas especiais, uma vez que não houve incentivo para a criação de estratégias que atendesse às necessidades específicas desse público. Só em 1988 com a constituição federal no artigo 206, Inciso I, estabelece "Igualdade em condições de acesso e permanência na escola" e no artigo 208 estabelece como dever do estado o atendimento educacional especializado, preferencialmente na escola regular, em 1990 o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente reforça determinando que "os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Além do ECA a declaração Mundial de Educação para Todos (1990), e a declaração de Salamanca (1994) influenciaram nas políticas públicas da educação inclusiva.⁷⁸

Segundo Cunha, a LDB (Lei de Diretrizes e Base nº 9.394/96) deu maior importância à Educação Especial influenciada pela Conferência de Salamanca e pelos

⁷⁷ BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Marco Político-Legal da Educação Inclusiva/Secretaria de Educação Especial – Brasília, 2010. p 10.

⁷⁸ BRASIL, 2010, p. 11-12.

movimentos que começaram a existir no Brasil.⁷⁹ O autor enfatiza o artigo 58, que menciona que a educação deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino” sugerindo que os alunos com necessidades especiais devem ser matriculados sempre que possível, em escola regular.

O Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer em turnos opostos, garantindo que esses alunos e essas alunas tenham acesso ao ensino fundamental, conforme assegurado pela Constituição Federal e pela LDB, que determinam a educação como obrigatória e gratuita. O artigo 59 destaca a importância de fornecer recursos adequados, organização e docentes capacitados para promover a aprendizagem e a inclusão desses alunos e dessas alunas na sociedade e, sempre que possível, no mercado de trabalho.⁸⁰

O documento "O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular", publicado pelo Ministério Público Federal em 2004, visa disseminar os conceitos e diretrizes globais sobre inclusão. Seu objetivo principal é garantir o direito de alunos e alunas, com deficiência e sem deficiência, a frequentar turmas comuns no ensino regular. A publicação busca promover um ambiente educativo que favoreça a convivência e o aprendizado conjunto, assegurando que todos os e as estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Em 2006 a ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da qual, o Brasil faz parte, estabelece que os estados devem assegurar um ensino inclusivo em todos os níveis de ensino desenvolvido, tanto academicamente como socialmente.⁸¹

Em 2008 foi lançada a PEEPEI (Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva), que tem como objetivo validar o que ficou estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a necessidade que todas as pessoas aprendam no mesmo ambiente na escola regular respeitando as diferenças, revisando sempre o sistema de ensino, conceitos e práticas, adaptando dentro de cada realidade, para que se tenha um aprendizado acessível a todas as pessoas. Em 21 de novembro de 2023, o Governo Federal lança a reafirmação dessa política.

⁷⁹ CUNHA, 2011, p. 95,

⁸⁰ CUNHA, 2011, p. 98.

⁸¹ BRASIL, 2010, p. 14-15.

O MEC tem como meta com a PEEPEI, até 2026, alcançar:

- Ampliação de 1,3 milhão para mais de 2 milhões de matrículas do público-alvo da educação especial em classes comuns (100% das matrículas);
- Ampliação para 169 mil matrículas do público-alvo da educação especial na educação infantil;
- Oferta de Salas de Recursos Multifuncionais em 72% das escolas (hoje a oferta está restrita a 36% das escolas);
- Entrega de 1.500 ônibus escolares acessíveis;
- Criação de 27 observatórios de monitoramento;
- Lançamento de 6 editais para pesquisadores com deficiência;
- Formação inicial e continuada em educação especial na perspectiva da educação inclusiva.⁸²

A análise mostra que o histórico da inclusão vem sofrendo grandes mudanças, porém ainda é perceptível a necessidade de aperfeiçoamento e aceitação dos deficientes na escola regular por toda a comunidade. Apesar dessas pessoas estarem protegidas por leis e decretos ainda é muito difícil que todos os seus direitos sejam respeitados.

Com os autistas a situação não é diferente, existem leis que protegem os direitos dos autistas. Pode-se citar a lei nº 12.764 chamada Lei Berenice Piana, que institui entre outros direitos, no “Parágrafo único. Em casos de comprovada a necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º terá direito a acompanhante especializado”.⁸³ O Estatuto da Pessoa com Deficiência 13.146/2015 conhecida como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência. De acordo com Marsigli e Barreto, é necessário avaliar e ter prudência ao que diz respeito a lei 12.764, pois o acompanhante especializado não pode ser confundido com professor particular, é necessário uma pessoa especializada que irá auxiliar o aluno ou a aluna

⁸² BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Metas**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 21 jan. 2025.

⁸³ BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

com TEA na sala regular com as atividades e na socialização com os outros alunos e as outras alunas, tornando a vida escolar e sua aprendizagem prazerosa.⁸⁴

A escola desempenha um papel essencial na inclusão e na formação de valores. Por isso, é fundamental promover a inclusão de pessoas com TEA. É importante entender que igualdade não significa apenas oferecer as mesmas oportunidades, mas sim disponibilizar recursos que equalizem as diferenças, considerando as desigualdades existentes.⁸⁵

Para minimizar essas desigualdades, foram criados os AEEs (Atendimentos Educacionais Especializados) que devem funcionar preferencialmente nas salas de recursos multifuncional nas escolas regulares.

Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva” foi publicada pelo SEESP/MEC em janeiro de 2008, informando os sistemas educacionais a englobar a Educação Especial como parte do ensino regular. Esta política reafirma a abordagem não substitutiva da Educação Especial, conforme a Constituição de 1988, e determina a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todas as etapas e níveis, preferencialmente na rede pública.

Com essa determinação confirma que a Educação Especial deve andar de mãos dadas com o ensino comum, promovendo o AEE em turno inverso ao da atividade escolar regular. Garantindo o acesso à educação comum e fornecendo as ferramentas necessárias para apoiar alunos com TEA nas classes regulares. A política também se aplica a alunos com deficiência, e altas habilidades, enfatizando a importância da acessibilidade para a permanência e sucesso acadêmico desses estudantes.⁸⁶

Cunha destaca que, para uma criança autista, a aprendizagem é feita de forma diferente das crianças típicas, pois existe uma relação diferente entre o cérebro

⁸⁴ MARSIGLI, Cintia. Barreto, Janaina. **Direito a Inclusão Escolar, Amparo Material e o Direito à Saúde**. Autismo (livro eletrônico); integração e diversidade./coordenação/Andrea Lorena Stravogiannis. São Paulo-SP: Literari book internacional, 2021. p. 34.

⁸⁵ MARSIGLI, 2021, p. 35.

⁸⁶ CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; MEDEIROS, Simone (Orgs.). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica: diversidade e inclusão**. Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. Capítulo 4. p. 160.

e os sentidos, nem sempre as informações se tornam aprendizagem, ela necessita aprender a função e como utilizar cada objeto. Todos os materiais e atividades tem valor pedagógico. Sendo assim, a aprendizagem torna-se mais lenta e nem sempre será o esperado.⁸⁷

A atribuição do educador é a de promover e dispor de uma série de condições educativas em um ambiente expressamente preparado. Para que a criança autista não se torne um adulto incapaz de realizar tarefas simples do dia a dia, precisa aprender diversas atividades que o tornará mais independente durante seu crescimento.⁸⁸

De acordo com Cunha, para que ocorra a aprendizagem, são necessários dois mecanismos: a sensação, que envolve o registro das informações sensoriais enviadas ao cérebro e resulta na percepção, e a capacidade de associar, comparar e interpretar essas sensações. No caso de indivíduos autistas, é essencial estimular as sensações para que as percepções se desenvolvam, permitindo o surgimento de abstrações, pensamentos e ideias. Para a elaboração de uma proposta pedagógica eficaz para o aluno autista, é fundamental considerar os seguintes aspectos: capacidade sensorial, capacidade espacial, habilidade de simbolizar, subjetividade, linguagem, cognição, hiperatividade, estereotípias, psicomotricidade, socialização e afetividade, podendo assim se adaptar um currículo funcional para cada indivíduo.⁸⁹

A inclusão de alunos e alunas com autismo na educação regular é um processo sempre em modificação que precisa de empenho de todas as partes. A complexidade das manifestações do autismo eleva a dificuldade desse desafio para um nível superior, exigindo adaptações e abordagens personalizadas, tornando a parceria entre famílias e escola essencial, essa comunicação se torna fundamental na identificação das necessidades específicas do aprendente, facilitando as adaptações e a criação de estratégias, para que sejam mais adequadas. A formação contínua dos professores é crucial para que possam lidar com a diversidade da sala de aula, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo.⁹⁰

Os alunos e as alunas autistas devem ter acesso a um currículo que atenda suas necessidades, sem que isso resulte em privilégios ou desigualdades. A

⁸⁷ CUNHA, 2011, p. 31-32.

⁸⁸ CUNHA, 2011, p. 34.

⁸⁹ CUNHA, 2011. p. 35-49.

⁹⁰ OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 02 out. 2024.

individualização do ensino, com a adoção de recursos e métodos que levem em conta as particularidades de cada estudante, é fundamental. Escutar e observar o aluno e a aluna autista é um passo crucial para garantir sua inclusão, isso implica respeitar sua individualidade e criar um ambiente que valorize suas potencialidades. Isso vai além da simples presença física na sala de aula, trata-se de promover uma participação ativa e um sentimento de pertencimento, onde cada estudante contribui e é valorizado. A inclusão efetiva de alunos e alunas com autismo na educação regular exige um compromisso coletivo, formação adequada e uma cultura escolar que celebre a diversidade.⁹¹

⁹¹ PEREIRA, Maria Betânia Leal. O Autismo Dentro Do Ensino Regular. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE**. p. 2428. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i6>. Acesso em: 20 set. 2024.

4 FORMAÇÃO DOCENTE E AUTISMO

Esse capítulo aborda a formação de docentes, cuja importância é fundamental para a educação e o desenvolvimento do caráter de crianças e adolescentes. Diversos autores discutem a formação continuada desses profissionais como essencial para que consigam atender às necessidades individuais dos alunos e das alunas e implementar as mudanças necessárias no ambiente escolar.

Destaca-se como os professores e as professoras se preparam para discutir a diversidade que tem sido cada vez mais reconhecida e debatida nas comunidades escolares. O que torna crucial que os professores estejam preparados e as professoras estejam preparadas para oferecer uma educação de qualidade que respeite e valorize as diferenças.

Essa formação visa capacitar os e as educadores a enfrentar os desafios que surgem no cotidiano escolar, garantindo que todos os alunos e todas as alunas recebam o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento, tornando-se agente de transformação e sempre fazendo uma reflexão sobre como tornar sua prática pedagógica inclusiva. Dentro dessa diversidade, destacam-se os alunos e as alunas autistas onde os e as docentes precisam incluir estratégias para lidar com esses indivíduos.

4.1 FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE

Para abordar a formação de professores e professoras, é fundamental entender quem são esses profissionais, suas histórias, sonhos e aspirações. O e a docente é um dos protagonistas do sistema educacional, junto com o aluno e a aluna; um não existe sem o outro, por isso é essencial que ambos estejam em sintonia. A educação tem o poder de transformar um mundo repleto de mudanças, desigualdades sociais, culturais e financeiras, além de uma imensa diversidade. Com o avanço da tecnologia, o conhecimento e as informações chegam a uma velocidade impressionante. A formação docente, portanto, é necessária para abarcar a

diversidade humana, seja em questões de etnia, raça, deficiência, religião⁹² e assim por diante.

Para que os e as docentes consigam acompanhar essas transformações, é crucial que se mantenham atualizados, oferecendo a todos e todas uma educação de qualidade que respeite as histórias e as individualidades de cada aluno e aluna. Oliveira e Padilha problematizam o termo “profissionalização” que, no contexto da globalização das políticas educacionais, ganhou destaque nas últimas décadas no tema inclusão. Nas discussões contemporâneas, o termo, que embora tenha vários significados, é crucial na discussão da universalização da educação e a inclusão escolar trazendo aspectos que nos indicam a importância de aprofundar a reflexão sobre a ênfase atribuída ao papel do professor nas recomendações de organizações multilaterais.⁹³

Rubem Alves distingue professor e professora de educador e educadora, fazendo uma comparação com algumas profissões importantes do passado que foram extintas como: caixeiro viajante, boticário ou até mesmo que se modificou como os médicos, para ele:

Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores, há aos milhares. Mas professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança.⁹⁴

De acordo com o autor, o educador ou a educadora é como uma árvore velha que tem uma paixão pelo que faz, é alguém que se conecta genuinamente com seus alunos e suas alunas, trazendo suas experiências de vida e sonhos para a sala de aula. Essa conexão permite que a educação seja um processo transformador, onde o aprendizado vai além do conteúdo, respeitando e aproveitando a vivência e diferenças do aluno e da aluna. Por outro lado, o professor é apenas um funcionário e a professora é apenas uma funcionária do sistema capitalista que perdeu a paixão e a humanidade, focando apenas em cumprir obrigações e conteúdo. Essa distinção evidencia a importância de uma educação que valorize a relação entre educador e

⁹² KLEMZ, Charles; SILVA, Roberval Rubens. Formação docente e religiões de matriz africana: necessidades e possibilidades. **Davar Polissêmica**, v. 16, n. 1, p. 151-158, 2022.

⁹³ PADILHA, Anna Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Universalização da educação escolar: embates, resistências e anúncios**. In: EDUCAÇÃO PARA TODOS: as muitas faces da inclusão escolar. Campinas, SP: Papyrus, 2013. p.176.

⁹⁴ ALVES. Rubem. **Conversas Com Quem Gosta de Ensinar**. São Paulo: Cortez Editora, 1980. p.11

educando, educadora e educanda promovendo um ambiente onde ambos possam crescer e se desenvolver juntos. A verdadeira educação, portanto, é aquela que nutre sonhos e esperanças, em vez de apenas transmitir informações. Diante da diversidade que a educação vive atualmente, essa visão traz a reflexão sobre ser necessário formar professores e professoras que são "descartáveis" ou educadores e educadoras que fazem do processo educacional um espaço de vida a dois.⁹⁵

Na compreensão de Tania Fantinato, a escola precisa ser flexível, valorizando as diferenças, empregando um novo pensar na educação, entendendo que é necessário cooperação, para se ter renovadas formas de aprendizagem. Por consequência, uma escola com qualidade para jovens e adultos exercitando a humanidade e a cidadania.⁹⁶ Ainda de acordo com a autora, não importa qual abordagem filosófica ou quais políticas educacionais a escola escolha, se os e as profissionais não possuírem a formação adequada para promover mudanças significativas na qualidade da educação oferecida aos brasileiros e as brasileiras.⁹⁷

Os cursos de formação de professores e professoras devem capacitar esses futuros educadores e essas futuras educadoras a valorizarem a diversidade multicultural do país, respeitando tanto as particularidades individuais dos alunos e das alunas quanto as diferenças regionais. Além das habilidades técnicas adquiridas por meio do conhecimento, é fundamental que os e as docentes desenvolvam uma compreensão abrangente das realidades de seus alunos e suas alunas.⁹⁸ Diante das necessidades dos alunos e das alunas, existem programas de organização da escola e formação do professor e da professora para suprir as dificuldades como preveem as leis, decretos e portarias. Porém muitas delas só funcionam de forma pontual, pois não levam em conta a verdadeira realidade do aluno e da aluna, mesmo quando ele e ela chega na escola matriculado e matriculada muitas vezes, depois de decretos e lutas populares.⁹⁹

Klemz destaca que a formação dos educadores e das educadoras deve se dar desde a graduação, já com atendimento especializado, sendo parte natural do

⁹⁵ ALVES, 1980, p. 13.

⁹⁶ FANTINATO, Tania Mara. **Formação docente para a diversidade**. Curitiba, PR: Iesde Brasil S/A, 2014. p. 11.

⁹⁷ FANTINATO, 2014, p. 14.

⁹⁸ FANTINATO, 2014, p. 15.

⁹⁹ PADILHA; OLIVEIRA, 2013, p. 178.

curso de formação, não necessitando de uma especialização. A diversidade é uma realidade na sociedade e, ao incluir disciplinas específicas na graduação que abordem esse atendimento, estamos incorporando a diversidade ao currículo. Isso prepara a mentalidade dos futuros educadores e das futuras educadoras durante o curso, promovendo uma nova perspectiva. Com essa capacitação, os professores e as professoras poderão atender de maneira eficaz alunos e alunas com necessidades educacionais específicas.¹⁰⁰

O documento da Unesco afirma que “A formação de professores precisa ser repensada, para se alinhar às prioridades educacionais e orientar melhor para os desafios e perspectivas futuras”.¹⁰¹ Menciona que os educadores e as educadoras necessitam de oportunidades de desenvolvimento profissional, educacional e apoio ao lidarem com grupos populacionais que apresentam diversidade étnica, cultural e linguística. É imprescindível que eles e elas incluam e apoiem adequadamente os estudantes com necessidades especiais e personalizem o aprendizado. Além disso, devem garantir que os alunos e as alunas de grupos historicamente excluídos e marginalizados recebam o suporte necessário. Essa demanda é evidente, especialmente em regiões onde a composição das salas de aula pode mudar drasticamente de acordo com o aumento da migração e do deslocamento interno, impulsionados pela mudança climática, pela violência social e política, e por conflitos armados, situações que tendem a se agravar nos próximos anos.¹⁰² Nesse sentido, Klemz afirma que os educadores e as educadoras precisam estar capacitados e capacitadas para que haja uma educação inclusiva verdadeira. As Diretrizes Curriculares Nacionais destacam a formação contínua dos educadores e educadoras, aliada a um currículo que reflita a diversidade e a inclusão. É o caminho para garantir que todos os alunos e todas as alunas tenham acesso a uma educação de qualidade e que suas potencialidades sejam reconhecidas e desenvolvidas.¹⁰³

A prática pedagógica dos educadores e das educadoras e a importância da diversidade estão atreladas a condições de formação continuada. A UNESCO afirma quando destaca a necessidade de um compromisso sólido das universidades com a

¹⁰⁰ KLEMZ, 2019, p. 61,

¹⁰¹ UNESCO: **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. – Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. p. 83.

¹⁰² UNESCO, 2022, p. 84-85.

¹⁰³ KLEMZ, 2019, p. 60.

formação de educadores, reconhecendo que muitos cursos de pedagogia e licenciatura falham em preparar adequadamente os docentes para lidar com a diversidade nas salas de aula. Estas devem revisar e adaptar seus currículos para incluir temas relacionados à diversidade, inclusão e metodologias inovadoras, garantindo que os futuros professores e as futuras professoras estejam equipados para enfrentar os desafios contemporâneos da educação. Além disso, fomentar parcerias com escolas e comunidades pode enriquecer a formação, proporcionando experiências práticas que reflitam a realidade das salas de aula.¹⁰⁴

A formação continuada é fundamental, pois possibilita que os professores e as professoras atualizem seus conhecimentos e práticas pedagógicas ao longo de suas trajetórias profissionais. A diversidade não se restringe apenas a aspectos culturais, mas também engloba diferentes formas de aprendizagem, estilos e necessidades dos alunos e das alunas. Portanto, uma abordagem que priorize a colaboração entre universidades e escolas, juntamente com a inclusão de práticas reflexivas e colaborativas, pode fortalecer tanto a formação inicial quanto a continuada dos educadores.

4.2 FORMAÇÃO DOCENTE PARA O AUTISMO

Para Talita Retzlaff, o cenário atual da educação especial revela características que exigem dos professores e das professoras uma formação teórica e prática robusta, essencial para o exercício da profissão, além de desenvolver competências em diversas áreas. Porém observamos uma desconexão entre o reconhecimento da inclusão e os esforços voltados para a formação dos educadores e das educadoras nessa perspectiva¹⁰⁵.

Carvalho enfatiza a relevância dos professores e das professoras em adquirir formação sobre o TEA (Transtorno do Espectro Autista), para eliminar os equívocos e estigmas que rodeiam esses indivíduos e suas famílias na sociedade. Apesar de toda

¹⁰⁴ UNESCO, 2022, p. 87.

¹⁰⁵ RETZLAFF, Talita Stranvogiannis; Andréa Lorena (org). **Autismo, integridade e diversidade.** Potencialidades das adaptações na componente curricular matemática. São Paulo. SP. Literare Books Internacional, 2021. p. 192.

legislação que protege os e as autistas, a inclusão ainda é cercada de dúvidas sendo fundamental uma formação mais profunda dos educadores e das educadoras.¹⁰⁶

A formação inicial e continuada é essencial para capacitar os professores e as professoras da rede regular de ensino a lidar com os desafios da educação inclusiva. Esse processo contribui para a criação de um ambiente educacional que ofereça igualdade de oportunidades a todos os alunos e todas as alunas, independentemente de suas particularidades. Portanto, é fundamental que os professores e as professoras desenvolvam competências para entender as características e dificuldades dos alunos e das alunas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), permitindo a implementação de estratégias de ensino diferenciadas, que atendam às suas necessidades de aprendizagem específicas.¹⁰⁷

De acordo com as análises feitas na ementa dos cursos de Pedagogia e Letras com Habitação em Língua Estrangeira em uma Universidade Pública da Bahia, por Mariano e Pinto foi destacado que o curso de pedagogia possui 54 componentes onde apenas 2 são dedicados à educação inclusiva: um discutindo a inclusão do aluno surdo e da aluna surda (libras) e o outro educação especial (conceitos, diretrizes, história); e na licenciatura de Letras apenas um componente que estuda de modo geral a educação especial, mostrando que a educação inclusiva não é relevante, apenas foi dada ênfase aos alunos surdos e às alunas surdas, não sendo citado nenhuma outra deficiência ou transtorno nos cursos de graduação. Sendo assim, esses educadores e essas educadoras não tem acesso a nenhuma informação sobre o TEA. Provavelmente, essa seja a realidade dos outros cursos de licenciatura, necessitando de uma atualização para que os componentes curriculares que discutem as deficiências e o TEA sejam incluídos em suas ementas.¹⁰⁸

¹⁰⁶ CARVALHO, Elaine Samora et.al. Capítulo 2 | Inclusão Escolar Do Estudante Com Transtorno Do Espectro Autista No Ensino Fundamental I: Um Estudo De Caso. **Educação Especial E Inclusiva: Perspectivas E Reflexões Contemporâneas**. ANDRÉ, Claudio Fernando (org.) 1.ed. São Paulo: Amazon.com, 2024. V. 2. p. 27.

¹⁰⁷ MELO, Leidmar Cunha et al. Formação de Professores para Inclusão Escolar de Alunos Com Transtorno do Espectro Autista na Rede Regular de Ensino. **ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO**. V 2, n. 2, 2023. p. 2. Disponível em: Vista da FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE REGULAR DE ENSINO (ceeinter.com.br). Acesso em: 14 out. 2024,

¹⁰⁸ MARIANO, Luciana Vieira. PINTO, Jaqueline Costa Santos. **A Formação De Pedagogos E Professores Para O Exercício Da Docência Em Salas Com Estudantes Com Transtorno Do Espectro Autista (Tea)**. Capítulo IV. A educação na contemporaneidade [livro eletrônico]: desafios

Ainda de acordo com Mariano e Pinto, pessoas com autismo, precisam ser analisadas individualmente, pois como já foi dito no capítulo passado, elas são classificadas por nível de suporte do mais leve ao mais severo, além de apresentar entre outras características, estereotípias e hipersensibilidade. As estereotípias são movimentos de autorregulação, enquanto a hipersensibilidade refere-se a uma reatividade excessiva a certos estímulos. Isso faz com que o professor, a professora ou pedagogo e pedagoga necessite compreender a singularidade desses indivíduos, a fim de promover um ensino que proporcione as mesmas oportunidades de aprendizado que os alunos neurotípicos. Isso poderia ser facilitado se debates sobre o assunto fossem incluídos nos cursos de formação inicial.¹⁰⁹ O autismo não possui uma característica principal e sim, várias formas de manifestação do transtorno, isso torna a elaboração da proposta pedagógica mais complexa para atender às necessidades do aluno. Portanto, não é suficiente conhecer técnicas e métodos de intervenção. É essencial entender as diversas características que podem se manifestar e como cada uma delas impacta o desenvolvimento do e da estudante. Assim, podemos compreender as necessidades individuais de cada um.¹¹⁰

Apesar da evolução das leis sobre inclusão, as que citam e protegem o autista são poucas e relativamente atuais. A que mais se destaca é a Lei nº 12.764/12, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o "indivíduo com TEA é reconhecido como pessoa com deficiência, para todos os fins legais." Seus direitos são garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146.¹¹¹

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no título 3 quando fala Do Direito à Educação e do Dever de Educar, Art. 4º

pedagógicos e tecnológicos/organização Marcos Pereira dos Santos, Celso Roberto Borges Alves. — Campina Grande: Editora Amplla, 2022. p. 61-62.

¹⁰⁹ MARIANO; PINTO, 2022, p. 59-60,

¹¹⁰ MELO, Gêssica Pinheiro. SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de. A Formação do Professor do Ensino Regular da Educação de Crianças do Público-Alvo da Educação Especial com Transtorno do Espectro Autista (Tea) e as Práticas Pedagógicas na Alfabetização. **Revista Saber Incluir** | Santarém, PA | v. 2 | n. 1 | e24005 | jan./abr. | 2024. p. 3-4. Disponível em: Vista do A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO REGULAR DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ALFABETIZAÇÃO (ufopa.edu.br). Acesso em: 12 out. 2014.

¹¹¹ BRASIL. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2012/Lei/L12764.htm Acesso em: 14 out. 2024.

define que “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”¹¹². Fávero analisa o direito da educação como:

A escola especial quer ter o mesmo caráter: atendimento à parte, enquanto necessário. Parece muito plausível, mas na prática implica exclusão e ofensa a direitos fundamentais na medida em que não há razões para impedir a convivência de pessoas com deficiência com outras pessoas sem essas limitações. Ao contrário, há razões de sobra para lhes proporcionar essa convivência, ainda que difícil num primeiro momento, mas imprescindível para a superação dos desafios que todos enfrentarão em sociedade.¹¹³

Ainda de acordo com Fávero o atendimento especializado deveria ser obrigatório nas escolas regulares e não preferencial, sendo feito nos centros especializados, já que o direito a educação é inquestionável assegurado pela constituição¹¹⁴. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, implementada em 2008, introduziu o Atendimento Educacional Especializado como um recurso para complementar a inclusão de alunos e alunas na escola regular. O atendimento deve ocorrer, preferencialmente, em salas de recurso multifuncional, localizadas na própria escola onde o aluno e a aluna estudam,. O público-alvo desse atendimento inclui, entre outros, alunos e alunas com transtorno global do desenvolvimento, que apresentam dificuldades nas interações sociais, na comunicação, além de interesses e atividades restritas, comportamentos estereotipados e repetitivos. Esse grupo abrange alunos e alunas com autismo, síndrome do espectro autista e psicose infantil.¹¹⁵

Para que o professor e a professora possam trabalhar no AEE é preciso que ele e ela possuam formação específica para atuar na educação inclusiva. Essa formação faz parte do PPP da escola, esse atendimento é de grande importância para os alunos e as alunas com TEA colaborando com os professores e as professoras da sala regular.¹¹⁶

¹¹² BRASIL, **Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em: 14 out. 2024.

¹¹³ FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direito à Igualdade e à Diversidade: condições de cidadania**. Ensaios pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 146 p. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade. p. 256.

¹¹⁴ FÁVERO, 2006, p. 256.

¹¹⁵ RAPOLI, 2010, p. 17.

¹¹⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 20-21.

4.3 PRODUTO: PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DA PESSOA AUTISTA

A presente pesquisa bibliográfica no intuito de contribuir com a educação inclusiva gerou um produto educacional cujo objetivo é contribuir na formação e crescimento de uma escola inclusiva de qualidade. Com as modificações que a educação vem sofrendo com esse tema, é importante salientar que o sistema educacional precisa se adaptar para receber a diversidade dos seus alunos e suas alunas e não ao contrário, os alunos e as alunas se adaptarem a escola. Rapoli afirma que “A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas”.¹¹⁷

Um dos pontos fundamentais para que essa mudança seja efetivamente feita, é a formação continuada dos docentes que trabalham com crianças autistas que é o foco principal da pesquisa, adquirindo um breve conhecimento teórico, prático e habilidades socioemocionais que promovam a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos e das alunas.

4.3.1 Fundamentos Teóricos

Transtorno do Espectro Autista (TEA) - Compreende as características do autismo, incluindo a variabilidade do espectro, as dificuldades de comunicação, interação social, comportamentos repetitivos e padrões de interesse restrito. De acordo com Rodrigues, existem variações nas manifestações das relações interpessoais em relação à linguagem, motricidade, percepção e patologia relacionada ao transtorno. Ele afirma como essas características se manifestam também de forma variados¹¹⁸

Orrú afirma que o maior desafio para pessoas com autismo está na linguagem e na comunicação. Elas tendem a ter dificuldades em desenvolver habilidades de conversação, embora muitas adquiram competências verbais. No entanto, uma parte significativa consegue desenvolver apenas formas de comunicação não verbais.¹¹⁹

¹¹⁷ RAPOLI, 2010, p. 9.

¹¹⁸ RODRIGUES, 2010, p. 21.

¹¹⁹ ORRÚ, 2007, p. 38-39.

A psicologia do desenvolvimento, por ser uma ciência que estuda o indivíduo desde a infância até a idade avançada, torna-se de extrema relevância em relação as crianças com TEA, pois de acordo com Orrú, nos três primeiros anos de vida, apresenta conduta funcionais normais. No caso das crianças com autismo, essas funcionais se apresentam desestruturadas, ou não desenvolvem. Elas não seguem regras, apresentam surdez aparente, não praticam ações antecipadas, a partir do sexto mês, como por exemplo não esboçar alegria quando ver a mãe, não tem criatividade nas brincadeiras e na comunicação, e apresentam comportamentos que deveriam se desenvolver a partir do primeiro ano de idade.¹²⁰

Navarro destaca que atrasos na linguagem como não saber brincar, dificuldade de interação social são apenas alguns aspectos que evidenciam sinal de alerta para o TEA, é necessário que se saiba quais as áreas que estão sendo atingidas, para que se inicie as intervenções precocemente, permitindo um melhor resultado.¹²¹ A neurodiversidade tem como função uma visão de respeito à diversidade cognitiva e compreender que o autismo é uma das suas manifestações:

o conceito da neurodiversidade estabelece uma analogia com a biodiversidade. Assim como a biodiversidade, de Edward O. Wilson,¹²² diz respeito a todas as espécies do planeta, a neurodiversidade seria referente à infinita pluralidade da neuro cognitivo de todas as populações e sua subsequente importância para toda humanidade. No trabalho original de Judy Singer¹²³, a neurodiversidade aparece como uma categoria analítica de interseccionalidade.¹²⁴

Abreu descreve como este conceito é percebido de modo variado e dentro da comunidade autista. O termo, que surgiu para enfatizar as diferenças neurológicas como parte natural da diversidade humana, provoca reações mistas entre estudiosos, familiares e as próprias pessoas autistas. Embora tenha ganhado força e destaque, até dentro do movimento autista ele é interpretado de diferentes formas. Mesmo após

¹²⁰ ORRÚ, 2007, p. 31-32.

¹²¹ NAVARRO, Cintia Borges. **Autismo, integração e diversidade. Intervenção precoce para criança com autismo.** Stravogiannis Andréa. São Paulo: Literare Books, 2021. p. 27-28.

¹²² Professor da Universidade Harvard há quase cinco décadas, é considerado um dos mais proeminentes biólogos do mundo. Já recebeu diversas honrarias, incluindo dois prêmios Pulitzer. Pela Companhia das Letras, publicou *Diversidade da vida* (1994), *A criação* (2008), *A conquista social da terra* (2013) e *Cartas a um jovem cientista* (2015). Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/colaborador/00537/edward-o-wilson>. Acesso em: 22 out. 2024.

¹²³ Socióloga australiana e portadora da síndrome de Asperger que cunhou o termo neurodiversidade. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2020/06/25/judy-singer-e-a-neurodiversidade>. Acesso em: 22 out. 2024.

¹²⁴ ABREU, Tiago. **O que é neurodiversidade?** (livro eletrônico) Goiânia. Cãnone editorial, 2022. p. 16.

mais de duas décadas de debate, essa discussão muitas vezes permanece restrita aos círculos dos próprios autistas, sem alcançar de maneira ampla outras esferas da sociedade.¹²⁵

4.3.2 Aspectos Práticos e Metodologias

Para que o autista possa ser incluído com qualidade e essa aprendizagem torne-se mais adequada, é necessário que se utilize alguns recursos a serem aplicados com esses e essas estudantes. As escolas regulares devem ter preferencialmente uma Sala de Recursos Multifuncionais com profissionais do AEE (Atendimento Educacional Especializado) como determina a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (2008) que tem como função identificar, elaborar e organizar esses recursos.¹²⁶

O primeiro passo é o Planejamento Pedagógico Individualizado (PEI): Que promove uma formação em como criar e adaptar planos de aula e atividades para atender às necessidades de cada aluno autista. Este plano auxilia o professor da sala de aula comum/regular a propor, planejar e acompanhar o progresso das atividades pedagógicas e o desempenho dos estudantes da Educação Especial¹²⁷.

Técnicas de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA): Capacitar professores e professoras no uso de tecnologias e métodos que ajudem as crianças não verbais a se comunicarem, como uso de imagens, aplicativos ou dispositivos de fala assistida. Trata-se da organização de atividades que visam ampliar os meios de comunicação, com o objetivo de atender às necessidades de fala, leitura e escrita dos alunos. Alguns exemplos de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) incluem cartões de comunicação, pranchas com símbolos, pranchas alfabéticas e de palavras, dispositivos vocalizadores ou até o uso de computadores como ferramentas para voz e comunicação.¹²⁸

¹²⁵ ABREU, 2022, p. 27.

¹²⁶ RAPOLI, 2010, p. 17.

¹²⁷ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Glossário da educação especial**: Censo Escolar 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília, 2020. p. 9. Disponível em: Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020. Acesso em: 20 out. 2024.

¹²⁸ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Glossário da educação especial**: Censo Escolar 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília, 2020. p. 12. Disponível em: Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020. Acesso em: 20 out. 2024.

Intervenções Baseadas em Evidências: Conhecimento sobre metodologias eficazes para o ensino de crianças autistas, como o ABA (Análise do Comportamento Aplicada), TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Deficiências Relacionadas) e o Modelo Denver.

O aluno e a aluna com autismo necessitam de estímulo, reforço, extinção e expressões verbais, práticas que podem ser adquiridas através das terapias comportamentais que devem ser aplicadas tanto na sala de aula como na família, sendo um aliado no controle, principalmente de comportamentos inadequados, essas técnicas dependem também do desempenho do professor, pois muitas vezes será difícil que o educando faça o que não quer, por esse motivo é necessário muita paciência e persistência.¹²⁹

Práticas Inclusivas: Desenvolvimento de estratégias que favoreçam a inclusão do aluno com TEA na sala de aula regular, promovendo a interação com os colegas, respeitando suas peculiaridades.

Almeida afirma que o professor e a professora para ter uma prática inclusiva em sala de aula regular, deve planejar o conteúdo do Currículo Nacional levando em conta três fundamentos: propor desafios para a turma de aprendizagem de acordo com as suas necessidades e diversidade. Promovendo a superação nas atividades e na avaliação dos alunos e das alunas. O e a profissional da educação deve propor atividades que sejam coerentes e alinhadas às necessidades e capacidades de cada aluno. Carvalho apud Almeida sugere que:

O professor selecione ações que atendam as diversas necessidades dos educandos, como: criação de ambientes que garantam motivação e concentração durante a aprendizagem e estabelecimento de metas de aprendizagem para promover a igualdade de oportunidades através das abordagens de ensino.¹³⁰

De acordo com Belisário filho o que gera mais dificuldades nas pessoas com espectro Autista na escola são os prejuízos causados pela comunicação e na linguagem que podem se apresentar como mutismo, atraso da aquisição na fala, ecolalia, inversão pronominal, simplificação sintática, rigidez semântica,

¹²⁹ CUNHA, 2011, p. 71 -72.

¹³⁰ ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **Tea**: os desafios da inclusão escolar. Livro Digital. Guarujá-SP: Científica Digital, 2022. p. 26-27.

peculiaridades prosódicas, preferência por funções imperativas, literalidade na interpretação, etc.¹³¹

4.3.3 Desenvolvimento Socioemocional do Docente

Inteligência Emocional: Capacitar o professor a lidar com suas próprias emoções e o estresse do ambiente escolar, especialmente ao trabalhar com alunos com necessidades especiais.

A docência exige um esforço emocional adicional, e o desenvolvimento de competências específicas de inteligência emocional pode melhorar o desempenho e sustentar a saúde emocional do educador. Habilidades como autoconsciência emocional e autocontrole emocional são essenciais para reconhecer e gerir emoções em situações desafiadoras, como lidar com alunos e alunas ou famílias problemáticas. Por isso, a formação em inteligência emocional é um modelo complexo, mas viável. Ela deve englobar diferentes teorias e técnicas de natureza psicológica, psicopedagógica e pedagógica, todas voltadas para os aspectos sociais, comportamentais e cognitivos do indivíduo. Esse enfoque permite uma compreensão mais ampla sobre como pensar, agir, ser e sentir-se no papel de docente.¹³² A formação inicial e continuada dos professores e professoras precisam de mudanças tendo como foco a valorização da “pessoa” professor, para que o mesmo desenvolva o autoconhecimento melhorando assim a qualidade do seu trabalho na educação.¹³³

Empatia e Paciência: Formar uma visão de educação que valorize a compreensão e a paciência ao lidar com os comportamentos desafiadores de alunos com TEA. Muitos alunos chegam com a vida familiar desorganizada, isso faz com que o indivíduo fique disperso e desatento, ele necessita de um ambiente tranquilo e acolhedor. O professor precisa ter paciência e empatia para cativar e conquistar esse

¹³¹ BELISÁRIO FILHO. José Ferreira. CUNHA, Patrícia. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar** :transtorno Global do Desenvolvimento; Fortaleza: Universidade do Ceará, 2010. p. 32.

¹³² KOBARG, Ana Paula Ribeiro. Inteligência Emocional e o Desenvolvimento de Competências Socioemocionais na Formação do Professor. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 10, Vol. 02, p. 4. Disponível em: competencias-socioemocionais.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

¹³³ KOBARG, Ana Paula Ribeiro. Inteligência Emocional e o Desenvolvimento de Competências Socioemocionais na Formação do Professor. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 10, Vol. 02, p. 2. Disponível em: competencias-socioemocionais.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

aluno, essa é a fórmula para que se possa construir um ensino aprendizagem dentro das limitações, aproveitando os saberes de cada um, para juntos construir uma intimidade e uma vida afetiva entre professor e o aluno.¹³⁴

4.3.4 Colaboração e Trabalho em Equipe

Trabalho Multidisciplinar: Promover a integração entre professores, professoras, psicólogos, psicólogas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fonoaudiólogas e demais profissionais que acompanham a criança. A educação deve ser vista como um novo contrato social, onde o esforço colaborativo contribua para a profissionalização do ensino e para o reconhecimento dos professores e das professoras como protagonistas da transformação social e educacional através do esforço.

Até 2050 é esperado que os pilares para que algumas ações aconteçam, estejam firmes entre eles. A colaboração e o trabalho em equipe devem caracterizar o trabalho dos professores. A qualidade do ensino surge, assim, do trabalho em equipe e de ambientes favoráveis, que asseguram o atendimento das necessidades físicas, sociais e emocionais dos estudantes. O ensino de qualidade requer um esforço contínuo para valorizar a carreira docente e promover ambientes onde os professores sejam reconhecidos e professoras sejam reconhecidas como agentes essenciais para a construção de uma educação transformadora e inclusiva.¹³⁵

Estão surgindo iniciativas promissoras para que os professores trabalhem em equipe. Algumas escolas, por exemplo, criam equipes de planejamento que reúnem professores e professoras de sala de aula, especialistas em alfabetização e educadores e educadoras de educação especial. Essas equipes colaborativas permitem que os e as profissionais compartilhem ideias, insights e observações sobre como apoiar um amplo leque de estudantes nas habilidades de linguagem. Nessas parcerias, os professores e as professoras trabalham juntos para atender às necessidades específicas de cada aluno e aluna, avançando ao mesmo tempo em direção aos objetivos coletivos da turma. Em outros contextos, serviços públicos e organizações sem fins lucrativos colaboram com escolas em áreas prioritárias para se

¹³⁴ CUNHA, 2011, p.100.

¹³⁵ UNESCO, 2022, p. 88.

conectar a estudantes e famílias fora da sala de aula, promovendo o aprendizado, a saúde e o bem-estar geral. Há várias abordagens promissoras para fornecer a cada estudante o apoio completo que precisam, incluindo mentores, conselheiros, especialistas e Co professores¹³⁶.

Envolvimento Familiar: Capacitar o docente a trabalhar em parceria com as famílias, criando uma ponte entre o ambiente escolar e o lar, garantindo que as estratégias educativas tenham continuidade fora da escola. O e a docente bem preparado e preparada profissionalmente, tem subsídios para avaliar o estudante e a família com o objetivo de observar se as estratégias aplicadas estão sendo adequadas para bons resultados no ambiente familiar ou na escola, todas as informações trazidas pela família periodicamente como relatórios, exames, relato dos pais e observações feitas são de grande ajuda, pois essa união é primordial para traçar novas estratégias e recursos que serão usados para resolver as intercorrências que podem acontecer

137

4.3.5 Tecnologias Assistivas e Recursos

Equipamentos e Softwares: Formação no uso de ferramentas tecnológicas que possam ajudar as crianças a desenvolver suas habilidades acadêmicas, sociais e de comunicação.

Os e as estudantes se comunicam hoje através das tecnologias que quando usadas corretamente, podem ser aliadas dos professores e estudantes no seu desenvolvimento de ensino aprendizagem na escola, dando possibilidades de acessar informações, textos e arte. A tecnologia promove o conhecimento global além de facilitar a construção de formas de ensinar e aprender, do lazer através dos jogos e da informação com os aplicativos.¹³⁸ Esses recursos devem ser usados e adaptados com o objetivo de proporcionar às pessoas com deficiência, a oportunidade de desenvolvimento, autonomia e cumprimento dos seus direitos assegurados na lei 13.146/15 no Art. 54 “[...] à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos,

¹³⁶ UNESCO, 2022, p. 80.

¹³⁷ CUNHA, 2011, p. 90.

¹³⁸ UNESCO, 2022, p. 97;

estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida”;¹³⁹

Adaptações do Ambiente: Conhecimento sobre como adaptar o espaço físico da sala de aula para minimizar estímulos que possam sobrecarregar o aluno e a aluna com TEA.

Para Koegel apud. Santos o ambiente escolar apesar de não ser muito explorado nas pesquisas tem uma grande importância para a adaptação da criança autista na sala de aula. Esse ambiente deve ser um local sem muitos estímulos visuais, reduzir os ruídos, a escola deve ter um local de relaxamento para que o aluno se sinta acolhido e sem muitos estímulos, conseguindo assim manter a concentração com materiais sensoriais.¹⁴⁰

De acordo com Ranha, o aluno e a aluna com TEA precisa de muito apoio nos primeiros dias na escola, principalmente na educação infantil. Nessa fase, eles necessitam aprender a ter atenção, comunicação e sequenciamento temporal. A sala geralmente possui muitas informações trazendo prejuízo para o aluno e a aluna que tem dificuldade em manter a atenção, por isso é importante que todos esses estímulos e materiais fiquem guardados, além do professor e da professora manter o contato visual para que o aluno tenha novas descobertas.¹⁴¹

4.3.6 Legislação e Direitos

Inclusão Escolar e Direitos das Pessoas com Deficiência: Informar os professores sobre as leis e políticas de inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), e o direito dos alunos autistas à educação inclusiva de qualidade.

Em 1996, iniciou a discussão efetiva no Brasil sobre estudantes com deficiência quando a lei n. 9394/96143 destinou um capítulo à Educação Especial,

¹³⁹ JÚNIOR, Klaus Schulzén... [et al.] organizadores. **Inovação tecnológica e tecnologia assistiva: contribuições das pesquisas em educação inclusiva no contexto do PROFEI – Linha 2**. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2023.

¹⁴⁰ SANTOS, Adelcio Machado dos et al. INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 2422-2432, 2023. 2428-2429. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9989/3924>. Acesso em: 20 out, 2024.

¹⁴¹ RANHA, Luanda Garcez. Stranvogiannis., Andrea Lorena (org.). **AUTISMO, INTEGRAÇÃO E DIVERSIDADE, Inclusão da escola: Desafios e possibilidades na educação infantil**. São Paulo: Literari Books, 2021. p.95-96.

com o objetivo de especializar o trabalho escolar, garantindo a todos os alunos com deficiência, o direito preferencialmente na escola regular tendo acesso a métodos, currículos, recursos educacionais atendendo as suas necessidades.¹⁴² Em 27 de Dezembro de 2012 foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida como Lei Berenice Piana, entre outros direitos na seara da educação, ela assegura no Art. 2º “VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;” no Art. 3º “IV - o acesso: à educação e ao ensino profissionalizante;” e a garantia em” Parágrafo único. Em casos de comprovada a necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. “Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”.¹⁴³

Os autistas também são protegidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, a relevância dessa lei é a obrigatoriedade das escolas particulares em promover todas as necessidades dos deficientes inclusive do autista sem ônus para os seus responsáveis.¹⁴⁴

4.3.7 Formação Contínua

Atividades de Reflexão e Aperfeiçoamento: Participação em workshops, palestras e cursos de formação continuada sobre autismo e inclusão. O desenvolvimento profissional constante é crucial para que os professores acompanhem as novas pesquisas e práticas na área.

¹⁴² BRANDENBURG, Laude Erandi; SALDANHA, Marcelo Ramos; REBLIN, Iuri Andreas (orgs.). **EDUCAÇÃO, FUNDAMENTALISMOS E EMANCIPAÇÃO**. São Leopoldo, EST, 2019. p. 121. Disponível em: [est.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/Educacao_fundamentalismos_e_EMANCIPACAO.pdf](https://www.est.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/Educacao_fundamentalismos_e_EMANCIPACAO.pdf). Acesso em: 28 out. 2024.

¹⁴³ BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

¹⁴⁴ NAVARRO, 2021, p. 34-35.

Essa formação docente para o trabalho com crianças autistas deve ser estruturada em módulos práticos e teóricos, com foco no desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva, empática e comprometida com o aprendizado e bem-estar de cada criança.

Programas eficazes de desenvolvimento profissional costumam ter um foco claro nos objetivos de aprendizagem dos estudantes e nas práticas que os professores e as professoras podem adotar para apoiar esse aprendizado e avaliar seu progresso. Os programas mais bem-sucedidos geralmente se estendem ao longo de períodos mais longos. São, ao menos em parte, baseados na escola e integrados à experiência prática, além de oferecerem oportunidades contínuas para aplicar os conhecimentos adquiridos e desenvolver habilidades pedagógicas e conceituais.¹⁴⁵

Para Soares, a formação docente pode se dar de várias formas e fontes. É imprescindível que se cogite na construção, a história e a contemporaneidade, levando em consideração a legislação de caráter nacional para a formação do docente.¹⁴⁶ Ainda para o autor, é essencial que o educando queira participar da aula. Para isso, é fundamental que o professor e a professora conheçam técnicas e estratégias que incentive o aluno a explorar objetos, brincar, jogar, cantar, tornando as aulas diversificadas e diminuindo suas dificuldades. Segundo o autor, é essencial que o aluno e a aluna desejem participar das aulas. Para isso, o professor e a professora devem conhecer técnicas e estratégias que incentivem o aluno e a aluna a explorar objetos, brincar, jogar e cantar, tornando as aulas mais diversificadas e ajudando a reduzir suas dificuldades. Para alcançar esses objetivos, é fundamental que o professor e a professora possuam uma formação técnica e específica para trabalhar com alunos e alunas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).¹⁴⁷

Soares afirma que para ganhar a confiança do aluno com TEA não é um processo fácil, necessita de tempo e muita dedicação por parte do professor, devido às particularidades desses alunos, o professor precisa utilizar diversas estratégias que promovam uma interação eficaz com eles, nessa condição.¹⁴⁸ Na atualidade, existem muitos cursos para formação continuada de professores e professoras, eles são seres

¹⁴⁵ UNESCO, 2022, p. 85.

¹⁴⁶ SOARES. Maria Aparecida Leite. CARVALHO. Maria de Fátima. **O Professor e o aluno com deficiência.** São Paulo: Cortez, 2012. p. 78.

¹⁴⁷ SOARES, 2012, p. 26.

¹⁴⁸ SOARES, 2012, p. 28.

“inacabados” e a capacitação sempre será rica e única, a qual ele levará para toda vida.¹⁴⁹

¹⁴⁹ UNESCO, 2022, p. 81.

5 CONCLUSÃO

Ao tratar do tema desta pesquisa, foram destacados aspectos fundamentais como equidade, respeito e valorização de cada indivíduo, trazendo uma nova perspectiva sobre a diversidade. Esses conceitos foram ressignificados, especialmente na forma como a sociedade aborda pessoas vistas como "diferentes", a partir da Teologia e da Educação. Independentemente de gênero, raça, etnia, cultura, religião, deficiência ou qualquer outra característica, todos os seres humanos são iguais perante Deus e deveriam ser igualmente reconhecidos pela sociedade.

Apesar de avanços, as leis e programas governamentais, tanto no Brasil, quanto em âmbito internacional, têm buscado combater a exclusão. A pesquisa revela que, após muitas lutas dos movimentos sociais, a inclusão da diversidade tem ganhado mais visibilidade, ainda que esteja distante do ideal. O processo histórico demonstra que as comunidades precisam constantemente reafirmar suas identidades para que suas trajetórias e contribuições sejam devidamente valorizadas, principalmente no que se refere à construção de saberes.

Ter a inclusão de alunos autistas nas salas de aula regulares como foco principal, representa um desafio complexo. A análise feita demonstrou que esses estudantes têm melhores oportunidades de desenvolvimento, amparados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e pela Lei Berenice Piana. Como foi demonstrado, elas asseguram o direito à educação em escolas regulares, oferecendo um suporte adequado para que todos sejam inseridos no processo. Esses marcos legais visam garantir que o processo de aprendizagem seja acessível e eficaz para alunos com autismo. Além disso, a pesquisa mostrou avanços em estudos e métodos de ensino, aprimorando as práticas pedagógicas, buscando minimizar os déficits causados pelo transtorno.

No entanto, mesmo com esses avanços, pessoas com autismo continuam a enfrentar discriminação e grandes dificuldades para fazer parte do processo, num contexto de igualdade de direitos. Em muitos casos, esse processo inclusivo ainda caminha no sentido oposto, resultando em exclusão tanto no convívio social quanto no processo de aprendizagem.

O número de autistas nas escolas regulares tem aumentado significativamente, mas essa é uma deficiência que ainda assusta muitos professores, especialmente aqueles que não possuem formação em educação especial. Ficou claro que os cursos de licenciatura abordam a inclusão de forma superficial, e até recentemente, o autismo sequer fazia parte do rol das deficiências oficialmente reconhecidas

Apesar dos progressos, nem todos os autistas conseguem ser plenamente incluídos nas escolas regulares. Essas instituições precisam oferecer todo o apoio extra necessário, conforme garantido por lei, para assegurar uma educação de qualidade. Alguns alunos requerem atendimento educacional especializado (AEE), apoio de auxiliares em sala de aula, adaptação curricular e, acima de tudo, boa vontade por parte de todos os profissionais envolvidos. A participação ativa das famílias no processo de aprendizagem também é essencial. Métodos e abordagens educacionais têm sido desenvolvidos para promover a qualidade de vida e facilitar o progresso social e cognitivo desses alunos no ambiente escolar.

No entanto, a inclusão ainda está sendo implementada de forma inadequada, especialmente devido à falta de formação inicial da equipe pedagógica para trabalhar com a diversidade, principalmente com o TEA. A capacitação em serviço, através de programas de formação continuada, tem sido uma solução, mas esses programas são muitas vezes isolados e não alcançam um número suficiente de professores. Para desenvolver práticas pedagógicas eficazes, os educadores precisam estar familiarizados com esses programas e contar com orientações de outros profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos e psiquiatras.

A educação é um dos principais pilares na vida de todo ser humano, mas, infelizmente, os professores, que são protagonistas junto com os alunos nesse processo, muitas vezes não conseguem explorar plenamente o poder transformador da educação, que é justamente o de incluir as "diferenças". Embora cada indivíduo seja único em seus pensamentos, estilos de vida, características físicas e gostos, a escola tem o potencial de promover a mudança. Ela é um espaço onde todos podem aprender uns com os outros e, ao mesmo tempo, ensinar.

A escola e os educadores e as educadoras possuem esse poder transformador, mas, lamentavelmente, estes não são devidamente valorizados nem capacitados para realizar seu trabalho de forma plena e digna. Sem o suporte

adequado, é difícil para promoverem a qualidade de ensino necessária para transformar a vida de crianças e adolescentes. Ao fornecer uma educação de qualidade, eles podem ajudar a formar seres humanos mais conscientes, respeitosos e preparados para viver em um mundo com mais empatia e menos conflitos.

Não há uma solução rápida para os desafios da inclusão, e ainda são necessários muitos debates e estudos para garantir que os direitos assegurados por lei sejam plenamente aplicados. Há um longo caminho a percorrer para que as pessoas com Transtorno do Espectro Autista possam se desenvolver e ter uma vida "normal" dentro de suas limitações. Mas, é crucial respeitar as individualidades de cada estudante, lembrando que todos os seres humanos, independentemente de suas características, têm direito à educação, ao aprendizado e ao pertencimento no ambiente em que vivem.

Por fim, destaca-se que a pesquisa contribui com a inclusão de pessoas autistas nas escolas regulares e para a formação docente que contribui para atender às suas necessidades educacionais. A diversidade e o autismo, a importância da educação continuada para os docentes e os benefícios de práticas inclusivas para a construção de um ambiente escolar mais acessível ficaram evidentes enquanto urgência para a inclusão. A metodologia utilizada da revisão bibliográfica possibilitou verificar o estado da arte do tema permitindo concluir que a implementação de uma formação docente qualificada e a inclusão de práticas reflexivas e colaborativas são fundamentais para promover uma educação verdadeiramente inclusiva, atendendo à crescente diversidade no cenário educacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Tiago. **O que é neurodiversidade?** (livro eletrônico) Goiânia. Cãnone editorial, 2022. p. 16.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **Tea: os desafios da inclusão escolar.** Livro Digital. Guarujá-SP: Científica Digital, 2022. p. 26-27.

ALVES, Rubem. **Conversas Com Quem Gosta de Ensinar.** São Paulo: Cortez Editora, 1980. p.11

BALBUENO, Bianca. **Autismo, Integração e diversidade.** Capítulo orientação parental para famílias de pessoas com TEA-Transtorno do Espectro Autista. São Paulo/SP: Literare books internacional, 2021. p. 8.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira. CUNHA, Patrícia. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar** :transtorno Global do Desenvolvimento; Fortaleza: Universidade do Ceará, 2010. p. 32.

BRANDENBURG, Laude Erandi; SALDANHA, Marcelo Ramos; REBLIN, Iuri Andreas (orgs.). **EDUCAÇÃO, FUNDAMENTALISMOS E EMANCIPAÇÃO.** São Leopoldo, EST, 2019. p. 121. Disponível em: est.edu.br/wp-content/uploads/2024/01/Educacao_fundamentalismos_e_EMANCIPACAO.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL, **Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020** [recurso eletrônico]. – Brasília, 2020. p. 9. Disponível em: Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2012/Lei/L12764.htm Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** Brasília, DF: MEC, 2018. p. 4. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Metas.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Marco Político-Legal da Educação Inclusiva/Secretaria de Educação Especial – Brasília, 2010. p 10.

CARVALHO, Elaine Samora et.al. Capítulo 2 | Inclusão Escolar Do Estudante Com Transtorno Do Espectro Autista No Ensino Fundamental I: Um Estudo De Caso.

Educação Especial E Inclusiva: Perspectivas E Reflexões Contemporâneas.

ANDRÉ, Claudio Fernando (org.) 1.ed. São Paulo: Amazon.com, 2024. V. 2. p. 27.

COSTA, Luís Artur; FONSECA, Tania Mara Gali. **Da diversidade**: uma definição do conceito de subjetividade Interamerican Journal of Psychology, vol. 42, núm. 3, 2008, pp. 513-519 Sociedade Interamericana de Psicologia Austin, Organismo Internacional. Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade (redalyc.org). Acesso em: 29 jun. 2024.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; MEDEIROS, Simone (Orgs.). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica: diversidade e inclusão**. Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. Capítulo 4. p. 160.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão**: psicopedagoga práticas educativas na escola e na família. 3ª edição – Rio de Janeiro: 2011. p. 21-22.

DAS NEVES MATOS, Antônia Débora et al. A construção da educação especial e inclusiva no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 8, p. e5113-e5113, 2024. Disponível em:

<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/5113/3844>.

Acesso em 20 out. 2024. p. 1.

FANTINATO, Tania Mara. **Formação docente para a diversidade**. Curitiba, PR: lesde Brasil S/A, 2014. p. 11.

FARRELI, Michael. **Dificuldades de comunicação e autismo**: guia do professor. Porto Alegre: Artmed, 2008. p.94-95.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direito à Igualdade e à Diversidade: condições de cidadania**. Ensaios pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 146 p. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade. p. 256.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: O dicionário da língua Portuguesa /Aurelio Buarque de Holanda Ferreira, coordenação Maria Baird Ferreira – 8 edição Curitiba: positivo. 2010. p. 261.

FERREIRA, Windyz Brazão. O conceito de diversidade no BNCC Relações de poder e interesses ocultos. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015. Disponível em: FERREIRA, Windyz Brazão. O conceito de diversidade...- Google Acadêmico. Acesso em: 25 jun. 2024. p. 309.

GOMES, Nilma Lino et al. **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**. Diversidade e Currículo. p.30, Salto para o futuro. Boletim 17, setembro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 23 ago. 2024.

JÚNIOR, Klaus Schulüzen... [et al.] organizadores. **Inovação tecnológica e tecnologia assistiva: contribuições das pesquisas em educação inclusiva no contexto do PROFEI – Linha 2**. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2023.

JUNIOR. Francisco Paiva. **Prevalência do autismo**. 2023: Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/prevalencia-de-autismo-1-em-36-e-o-novo-numero-do-cdc-nos-eua/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

KLEMZ, Charles. **Inclusão transversal da diversidade humana**: um diálogo entre a teologia e a educação. São Leopoldo, RS: Oikos, 2021.

KLEMZ, Charles. **O rosto de Cristo na diversidade humana das redes sociais digitais**. São Leopoldo, RS, 2023. (177 p.) Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2023 Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BRSIFE/1167/1/klemz_c_td.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024

KLEMZ, Charles; SILVA, Roberval Rubens. Formação docente e religiões de matriz africana:: necessidades e possibilidades. **Davar Polissêmica**, v. 16, n. 1, p. 151-158, 2022.

KLEMZ. Charles. Inclusão ou diversidade. **identidade!** São Leopoldo, v. 28, n. 1. p. 385-397, jan./jun. 2023. p. 385. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/identidade>. Acesso em: 13 set. 2024.

KLIM, Ami Autismo e síndrome de Asperger: **Revista Brasileira Psiquiatria**. 2006;28 (Supl I): S3-11 uma visão geral. p. 54. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>. Acesso em: 20 ago. 2024.

KOBARG, Ana Paula Ribeiro. Inteligência Emocional e o Desenvolvimento de Competências Socioemocionais na Formação do Professor. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 10, Vol. 02, p. 4. Disponível em: [competencias-socioemocionais.pdf](#). Acesso em: 22 out. 2024.

LIBERALESSO, 2020, Apud. FERREIRA, 2023. **Os desafios contemporâneos e interdisciplinares na atualidade**. Editora Epitaya | ISBN: 978-65-87809-75-5 | Rio de Janeiro | 2023 | pag. 76. Disponível em: [Processo Diagnóstico Do Autismo e Impacto Na Dinâmica Familiar: Uma Revisão Bibliográfica | PDF | Espectro do autismo | Distúrbio mental \(scribd.com\)](#). p. 4. Acesso em: 24 ago, 2024.

LIMA, Fernanda Atakami. **Análise Do Comportamento Como Intervenção No Autismo**, 2022. p. 25. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/49810/1>. Acesso em: 02 nov. 2024.

LIMA, Janaina Gomes de; DA COSTA, Taciana Maria Tozer Pessoa. Identificação, Estratégia, Tratamento, Características, Diagnóstico E Inclusão De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista (Tea). **Caderno Discente**, v. 7, n. 1, p. 73-85, 2022. p. s. n. Disponível em: [DE LIMA, Janaina Gomes; DA COSTA, Tarciana Maria... - Google Acadêmico](#). Acesso em: 02 nov. 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O que? Porque? E como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003. p. 15.

MARIANO, Luciana Vieira. PINTO, Jaqueline Costa Santos. **A Formação De Pedagogos E Professores Para O Exercício Da Docência Em Salas Com Estudantes Com Transtorno Do Espectro Autista (Tea)**. Capítulo IV. A educação na contemporaneidade [livro eletrônico]: desafios pedagógicos e tecnológicos/organização Marcos Pereira dos Santos, Celso Roberto Borges Alves. — Campina Grande: Editora Amplla, 2022. p. 61-62.

MARSIGLI, Cintia. Barreto, Janaina. **Direito a Inclusão Escolar, Amparo Material e o Direito à Saúde**. Autismo (livro eletrônico); integração e diversidade./coordenação/Andrea Lorena Stravogiannis. São Paulo-SP: Literari book internacional, 2021. p. 34.

MARTINS, Fernando José. **Diversidade**: conceitos e práticas presentes na educação, gestão e movimentos sociais. da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/15039>. Acesso em: 30 maio 2024.

MELO, Géssica Pinheiro. SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de. A Formação do Professor do Ensino Regular da Educação de Crianças do Público-Alvo da Educação Especial com Transtorno do Espectro Autista (Tea) e as Práticas Pedagógicas na Alfabetização. **Revista Saber Incluir** | Santarém, PA | v. 2 | n. 1 | e24005 | jan./abr. | 2024. p. 3-4. Disponível em: Vista do A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO REGULAR DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ALFABETIZAÇÃO (ufopa.edu.br). Acesso em: 12 out. 2014.

MELO, Leidmar Cunha et al. Formação de Professores para Inclusão Escolar de Alunos Com Transtorno do Espectro Autista na Rede Regular de Ensino. **ANAIIS DO CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO**. V 2, n. 2, 2023. p. 2. Disponível em: Vista da FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE REGULAR DE ENSINO (ceeinter.com.br). Acesso em: 14 out. 2024,

MESIBOV, Gary B.; SHEA, Victoria A. **Cultura do Autismo: do Entendimento Teórico à Prática Educacional**. Tradução: Marialice de Castro Vatauvuk. p. 2.

NAVARRO, Cintia Borges. **Autismo, integração e diversidade. Intervenção precoce para criança com autismo**. Stravogiannis Andréa. São Paulo: Literare Books, 2021. p. 27-28.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 02 out. 2024.

OLIVER, Lou de. **Distúrbios de aprendizagem e de comportamento**. Rio de Janeiro :Wak editora, 2011. p.116.

ORRÚ, Silvia Ester. **Autismo, Linguagem e Educação**: Interação Social no Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: Wak editora, 2007. p. 17.

PADILHA, Anna Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Universalização da educação escolar: embates, resistências e anúncios**. In: EDUCAÇÃO PARA TODOS: as muitas faces da inclusão escolar. Campinas, SP: Papyrus, 2013. p.176.

PEREIRA, Maria Betânia Leal. O Autismo Dentro Do Ensino Regular. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE**. p. 2428. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i6>. Acesso em: 20 set. 2024.

RANHA, Luanda Garcez. Stranvogiannis., Andrea Lorena (org.). **AUTISMO, INTEGRAÇÃO E DIVERSIDADE, Inclusão da escola**: Desafios e possibilidades na educação infantil. São Paulo: Literari Books, 2021. p..95-96.

RAPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectivada Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza. Universidade Federal do Ceará. 2010. p. 7.

RETZLAFF, Talita Stranvogiannis; Andréa Lorena (org). **Autismo, integridade e diversidade**. Potencialidades das adaptações na componente curricular matemática. São Paulo. SP. Literare Books Internacional, 2021. p. 192.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SPENCER, Eric. **A criança autista**: um estudo psicopedagógico. Rio de Janeiro: Wak editora. 2010. p. 79.

SANTOS, Adécio Machado dos et al. INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 2422-2432, 2023. 2428-2429. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9989/3924>. Acesso em: 20 out, 2024.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 1, p. 116–131, 2009. Disponível em: SciELO - Brasil - Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. Acesso em: 23 ago 2024.

SOARES. Maria Aparecida Leite. CARVALHO. Maria de Fátima. **O Professor e o aluno com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2012.

STRAVOGIANNIS, Andrea Lorena. **Autismo**: livro eletrônico. Integração e diversidade. São Paulo SP: Literare Books Internacional Ltda., 2021. p. 57.

UNESCO. Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. Paris (2002). Disponível em: Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural; 2002 (oas.org). Acesso em: 30 maio 2024.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. – Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. p. 83.

ZACARIAS, José Jorge de Moraes. **Tipos**: a diversidade humana. São Paulo: Vetor, 2006 (Coleção Anima Mundis) p. 7.